II OFICINA NACIONAL

REDES ENTRAM EM CAMPO PELOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES

Brasília 24 a 26 de abril de 2013

A II Oficina das Redes Nacionais de Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (RNDDHCA) ocorreu nos dias 24, 25 a 26 de abril de 2013, no Centro de Convenções Israel Pinheiro, em Brasília (DF) com a participação de 125 representantes das cinco redes nacionais de defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes nas localidades: ECPAT-Brasil (End Children Prostitution, Pornography and Traffic for Sexual Purposes), ANCED (Associação Nacional dos Centros de Defesa), CNEVS (Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes), FNDCA (Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), e FNPETI (Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil). Gestores municipais (secretários municipais de assistência social, presidentes de fundações estaduais) e representantes de outros segmentos como a Associação Brasileira de Magistrados, Promotores e Defensores (ABMP), conselheiros estaduais e municipais de direitos da criança e do adolescente, defensores públicos, também estiveram presentes ao evento.

Com o lema: "Redes Entram em Campo Pelos Direitos da Criança e do Adolescente", o encontro teve como objetivo avaliar os avanços e dificuldades encontrados nos estados após a I Oficina e traçar estratégias de monitoramento das ações desenvolvidas para defesa e garantia de direitos de crianças e adolescentes nas cidades sede antes, durante e após a Copa das Confederações.

A importância da coalizão entre as redes nacionais de direitos humanos, formada pela sociedade civil organizada, consiste na oportunidade de dialogar com o governo diante das violações ocasionadas pelos megaeventos e de enfrentar os riscos de se perder as valorosas conquistas em relação aos direitos humanos. Sendo um espaço de participação e diálogo, as redes nacionais, através de seus representantes, na composição da agenda de convergência local, são propositivas e devem estar unidas no desenvolvimento de estratégias diante do impacto das grandes obras na vida de crianças e adolescentes, dos megaeventos e das ações implementadas pelo poder público, como o recolhimento compulsório, e o retorno do movimento pela redução da idade penal. É papel e responsabilidade da sociedade civil apontar e definir estratégias, articulando, mobilizando, e incidindo politicamente aumentando o impacto das suas ações.

Pretende-se que a agenda de convergência seja permanente já que as violações são diárias, e os ME e as grandes obras só agravam, persistentemente, a realidade de crianças e adolescentes em situações de trabalho perigosos e degradantes, que levam à óbito e à violência sexual, expressando, na verdade, as estratégias de higienização e criminalização dos pobres, das crianças e dos jovens.

Foi em cima desse cenário que a segunda oficina teve o compromisso de traçar estratégias e avaliar o que já foi feito, requerendo uma atenção especial dos participantes para fortalecer a

coalizão das RNDDHCA, demonstrando um movimento social unido e forte na efetivação da proteção de crianças e adolescentes.

No primeiro dia da oficina, foi realizada a mesa de abertura com a presença de Tiana Sento-Sé (End Children Prostitution, Pornography and Traffic for Sexual Purposes – ECPAT-Brasil), Maria Isabel da Silva (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA), Joseleno Vieira dos Santos (Coordenador do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual - PNEVS), Denise Campos (Associação Nacional dos Centros de Defesa - ANCED), Karina Figueiredo (Secretária Executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes - CNEVS), Wellington Pereira (Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - FNDCA), Isa Maria de Oliveira (Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FNPETI), e da Angélica Goulart (Subsecretária de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SPDCA/SDH/PR).

Na abertura do evento, Tiana informou que a agenda de convergência foi construída de forma participativa e junto com outros segmentos, como o CONANDA, a SPDCA/SDH, o PNEVS, a Childhood Foundation/Brasil, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), UNICEF e a sociedade civil. O PAIR, PAIR-COPA e a Escola de Conselhos também têm colaborado com os debates e mobilizado os sujeitos para participarem da agenda de convergência nos estados. Essa construção das redes, com a participação do executivo e de outros segmentos, está gerando uma agenda que tem sido implantada nos estados.

A representante da ANCED, Denise Campos, informou que a ANCED também possui este formato de atuar em rede construindo nacionalmente de forma colegiada as ideias para atuar localmente. Citou que a atual coordenação colegiada da ANCED foi recentemente eleita, sendo composta pelos Cedecas: Maria dos Anjos/RO, Gloria de Yvone/TO, e Rio de Janeiro/RJ. Ressaltou que o momento é delicado, implicando no risco de se perder importantes conquistas na área de direitos humanos. A título de exemplo, citou o impacto das grandes obras na vida de crianças e adolescentes, o recolhimento compulsório, e o retorno do movimento pela redução da idade penal, com a possibilidade inclusive de um plebiscito, com o apoio principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro. Informou que inclusive foi criada uma comissão para pensar mudanças no ECA em relação ao prazo de internação. Há forte atuação das forças conservadoras, sendo um grande desafio para as redes fazer o enfrentamento das violações, com as quais, na verdade, já se convive diariamente. Essa atuação deve ser estratégica, articulada e unida, para que possa enfrentar as forças conservadoras.

Para Karina Figueiredo, secretária executiva do CNEVS, que fez sua declaração na sequencia, concordou com Denise. Acrescentou que até então, a capacidade de incidência frente aos megaeventos (ME) era quase nenhuma. E após, embora ainda seja pouca, a união entre as redes propiciou a participação nesses espaços e a Secretaria Extraordinária de Segurança da Copa, responsável pela articulação com os agentes de segurança, contatou o CNEVS para trabalhar e apoiar a formação desses profissionais, podendo inclusive indicar profissionais para ministrarem as aulas nas localidades. Espera que os participantes possam identificar o cenário

de cada cidade em relação aos ME e o que de fato avançou, para se traçar estratégias possíveis de serem implementadas localmente.

Wellington Pereira, representante do FNDCA, também concordou com Karina e Denise. Destacou ser um momento histórico em que ele reencontrou antigos amigos de luta, porém de forma completamente diferente: através da união de todas as redes nacionais, o que nunca havia acontecido. Espera que este fórum continue, apesar do cenário difícil de possível retrocesso diante de direitos que foram arduamente conquistados. Declarou que, a partir do material recebido, identificou que a causa é maior do que as ações, no entanto constata um enfraquecimento dos órgãos, uma prática do Estado diferenciada entre empresas e organizações não governamentais, que divulga a lista de ONGs inadimplentes, enquanto grandes empresas continuam sendo conveniadas mesmo estando em condições irregulares de funcionamento ou descumprindo leis. Destacou que, embora evangélico, o "movimento Feliciano" não representa todos os cristãos, sendo reflexo de um determinado segmento fundamentalista.

Posteriormente, Angélica Goulart (SPDCA), em sua apresentação, ressaltou a importância da representatividade das cinco redes nacionais de defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes no evento. Informou que o cenário atual necessita do diálogo entre a SPDCA/SDH/PR e a representatividade das redes nacionais, sendo um importante potencial para a defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes no país, bem como uma alternativa ao cenário atual para enfrentar ainda o que vier. Valoriza a existência de um canal de diálogo permanente com as redes nacionais. Explicou que a agenda de convergência incorpora todas as pautas presentes atualmente na preocupação do governo e da sociedade civil e que urgem respostas.

Dando sequencia, Isa Maria de Oliveira (FNPETI) expôs que a segunda oficina é uma vitória, um importante passo para iniciar o diálogo entre as RNDDHCA. Diante do cenário é muito importante avaliar o papel e a responsabilidade da sociedade civil, apontando e definindo estratégias: articular, mobilizar, realizar o controle social, fazer a incidência política prioritariamente no parlamento brasileiro frente à comissão especial, que pode em tempo recorde, aprovar o PL do Alckimim. Informou que também já estão em movimento na Câmara de Constituição e Justiça (CCJ), os pedidos para se recolocar na pauta as PECs que tratam da redução da idade mínima para o trabalho. São movimentos que estão acontecendo para reduzir direitos que já foram conquistados. Para ela, a incidência, a articulação e a vigília são fundamentais nesse momento.

Em sua opinião, a agenda deve ser permanente, já que os ME são somente um mote. Na verdade, as violações são diárias, os ME e as grandes obras só agravam a realidade persistente de crianças e adolescentes em situações de trabalho perigosos e degradantes, que levam à óbito, à violência sexual, e que expressam as estratégias de higienização e criminalização dos pobres, das crianças e dos jovens. Para Isa, é em cima desse cenário que a segunda oficina possui o compromisso de traçar estratégias e avaliar o que já foi feito. Além disso, requer uma atenção especial dos participantes para fortalecê-la, demonstrando um movimento social unido e forte.

Tatiana (WCF-Brasil) agradeceu o convite, dizendo ser uma honra poder participar do encontro, que representa uma conquista do grande esforço de construir e buscar juntos iniciativas efetivas pela proteção de crianças e adolescentes com a chegada da Copa do Mundo. Segundo ela, é um momento crucial para o debate. Algumas ações da agenda de convergência têm trazido boas perspectivas desde a primeira oficina realizada em agosto/12 e passos fundamentais para que a sociedade civil consiga incidir e fortalecer as políticas públicas, promover cada vez mais espaços de diálogo e reflexão como o propiciado pela II Oficina. Informou que em junho/2013, a WCF-Brasil, em parceria com a OAK Foundation e a Agenda de Convergência, vai realizar um novo espaço de discussão onde será apresentada uma pesquisa internacional com recomendações e diretrizes para o protagonismo da infância em grandes eventos esportivos, esperando que todos possam participar. Declarou que essa perspectiva de construção conjunta integra a missão da WCF-Brasil, que é de investir na construção e articulação de parcerias. Todos alinhados e mais fortalecidos para atuar na garantia de direitos da criança e do adolescente. Espera que esse movimento possibilite construir uma copa segura para as crianças e adolescentes, deixando um legado positivo para o país.

Maria Isabel da Silva (CONANDA) parabenizou a iniciativa das RNDDHCA de realizar um trabalho de discussão conjunta, definindo uma série de ações onde cada um respeita o papel de cada instituição de acordo com a sua missão específica, a partir da articulação entre governo, sociedade civil, organizações corporativas, organizações internacionais no sentido de avançar na direção de um conjunto de proposituras que se pretende deixar não só na Copa das Confederações, mas também para todos os eventos religiosos, festivos e desportivos nacionais. Deseja que este seja um caminho a seguir em todos os eventos: Carnaval, São João, Parintins, Jornada Mundial da Juventude (JMJ), festas religiosas, que são igualmente ocasiões que seguramente agravam as violações de direitos humanos de crianças e adolescentes (DHCA). Dessa forma, é extremamente importante estarem todos no encontro pensando em estratégias conjuntas, pensando, por exemplo, como nos fortalecemos para enfrentar mais uma onda bastante forte de redução de DHCA.

Há uma lógica que precisa ser invertida, através dos meios de comunicação, das redes sociais, dos debates, dando visibilidade nas localidades para que se possa enfrentar a tentativa de redução da idade penal. Ao mesmo tempo não se pode descuidar de um PL que agrava as medidas socioeducativas. Isabel enfatizou que são muitos os desafios, a vontade de fazer e de mobilizar por parte da sociedade civil. Segundo ela, a mobilização social e o controle social podem ajudar realmente a incidir e a reverter o quadro. Nesse sentido, não é demais solicitar a ajuda de todos para fortalecer o CONANDA, os conselhos estaduais e municipais DCA. Esses espaços precisam estar fortalecidos pela sociedade civil para que possam cumprir o seu papel de controle social e de mobilização da sociedade; para que possam implementar o plano decenal DHCA nos estados e municípios; trazer também a tona nas localidades os diversos planos setoriais existentes: da primeira infância, da convivência familiar e comunitária, do enfrentamento ao trabalho infantil (TI) e de proteção do trabalho do adolescente, de enfrentamento da violência sexual.

Isabel informou que o plano nacional do SINASE, em processo de finalização, será colocado em consulta pública pelo CONANDA, juntamente com a SNPDCA e a participação das redes, para

que em setembro/outubro, ocorrer os encontros estaduais nos 27 estados. É preciso da ajuda das redes nesse processo para fortalecer a ação conjunta.

Segundo ela, é necessário se pensar novas estratégias: enfrentar, em especial, a mídia brasileira – que está fazendo como sempre, com muita força, o debate a partir das redes midiáticas – e que se consiga pensar estratégias através das redes sociais, das páginas na internet, para conseguir reverter esta situação.

Em sua fala, Joseleno Vieira dos Santos, Coordenador do PNEVS, informou que a articulação e passos para a implementação do Projeto "RNDDHCA entram em campo" durou em torno de seis meses, sendo um período de muitas dificuldades e burocracia, mas ao término se conseguiu alcançar um projeto muito bem desenhado e consolidado. Possui um foco forte nos ME e grandes obras, sendo inclusive voltado para as regiões de fronteiras, onde avança mais lentamente. A estratégia é o diálogo permanente com o governo. Ressaltou que vivemos um momento de crise. Segundo ele, a crise não é ruim, aponta um momento de possibilidades e de transformação, de mudanças, de oportunidades e perigos. Isto implica numa mobilização permanente. O momento pós-constituinte e de implementação do ECA trouxe uma sensação de estabilidade para a sociedade civil. Porém, estar na lei é só o começo, uma parte. É importante para buscar os direitos. Entretanto, em sua opinião, o mais importante é viver momentos de cultura e mentalidade que possibilitem travar as lutas necessárias para garantir os direitos humanos de crianças e adolescentes.

Angélica Goulart, subsecretária da SPDCA/SDH/PR, apresentou a agenda de convergência nas cidades-sede dos ME. Informou que a discussão acerca do contexto das violações em relação aos ME se iniciou em 2011, onde o grupo já vinha construindo propostas. A ideia da agenda de convergência é agregar todas as iniciativas, competências, preocupações e investimentos, retirando as sobreposições para alcançar um impacto maior nas ações desenvolvidas. O objetivo é uma ação integrada entre governo, sociedade civil, cooperação internacional e algumas empresas. Em cada situação surge com força a gravidade da violação dos direitos pela exploração sexual de crianças e adolescentes. Em sua opinião, é necessário desenvolver ações mais orgânicas, pois ocorrem também outras violações além desta, como a exploração do trabalho infantil, o desaparecimento de crianças, o tráfico e consumo de drogas. A proposta é um conjunto de ações estruturantes distribuídas em quatro grupos: um conjunto de ações preparatórias, um conjunto de ações a serem realizadas durante os eventos propriamente ditos, um conjunto de ações de fortalecimento das redes de proteção integral e um conjunto de ações pós-eventos para sistematizar e dar continuidade.

Angélica Goulart explicou que a ideia é percorrer as cidades, reunindo o poder executivo municipal, estadual, o sistema de justiça como um todo (juiz, promotor, defensor público), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), o Conselho Tutelar (CT) e a sociedade civil (SC). Realizada a primeira reunião da agenda de convergência na localidade, a partir do entendimento do grupo original, outras forças devem se juntar ao grupo, construindo-se um comitê local de proteção integral. O comitê é encarregado de construir um plano de ação em torno dos grandes eventos, mas que não deve se limitar a estes eventos. Esta é uma ação que

deve considerar também os eventos cotidianos das localidades (as festas regionais, carnaval, réveillon) e se prolongar mesmo pós ME. Deve ser uma oportunidade de construir uma metodologia para enfrentar as violações que ocorrem em torno desses eventos. O comitê deve instituir um plantão integral e integrado para funcionar nas proximidades dos grandes eventos, se responsabilizando também pelo acompanhamento das violações de direitos que aconteçam e realizando o atendimento naquele espaço, se for preciso. Um espaço temporário de convivência para as crianças encontradas em situação de vulnerabilidade. As crianças devem ser encaminhadas para esse espaço por uma equipe de especialistas em abordagem para que o atendimento seja de qualidade, de cuidado e de proteção de fato. Entre os especialistas, deverá estar também o Conselho Tutelar.

A proposta é também fazer um mapeamento das situações de violações de direitos nas seis capitais da copa das confederações, já que o curtíssimo tempo impede a elaboração de um diagnóstico bem estruturado, o que seria muita pretensão. Informou que a maioria das redes domina, mesmo que de forma não sistematizada, quais são e onde estão as violações nas suas cidades. Num segundo momento a ideia também é fazer um mapeamento das redes de atendimento e de proteção disponíveis nessas cidades.

Outro passo é a construção e a disseminação dos fluxos e procedimentos em relação aos atendimentos a essas violações de direitos nessas cidades. Pretende-se que haja um fluxo para todo território nacional conforme as especificidades e observações de cada localidade, incluindo os contatos de todos os representantes em cada cidade. É competência da agenda de convergência elaborar e estabelecer este fluxo, inclusive para ser disponibilizado em forma de aplicativo para telefone celular, e ser acessado por qualquer membro da rede em qualquer lugar do país. Uma das forças dessa proposta é a possibilidade de fortalecer, convocar e estabelecer a intersetorialidade nas cidades.

Outra linha é a construção de uma campanha nacional integrada. Foi formado um grupo de trabalho (GT) composto pela ANDI, pela secretaria de comunicação e pela SDH para integrar ao máximo as campanhas que ocorrerem a fim de que se alcance realmente um impacto na comunicação. A nova campanha é a mesma lançada no carnaval com o slogan principal “não desvie o olhar”. É uma parceria com o ECPAT-França e a comunidade europeia para reproduzir o slogan utilizado em todo o mundo; uma mobilização para que ninguém deixe que os direitos de crianças e adolescentes sejam violados.

Outra ação é a realização da formação junto à cadeia produtiva e os agentes de segurança. Angélica Goulart informou que conseguiram estabelecer uma parceria com a Secretaria Extraordinária de Segurança (SEG), secretaria ligada ao Ministério da Justiça (MJ) e o governo federal. No dia 6/5/13, a SEG e a SDH irão lançar a primeira formação de forças de segurança pública dentro da SDH. O coordenador do PNEVS, Joseleno Vieira dos Santos, está a frente da formação. Todas as redes devem indicar parceiros e profissionais que possam reproduzir o mesmo trabalho nos estados. Serão formados 500 homens e mulheres na área de segurança pública. Uma preocupação que surgiu na reunião do PAIR foi a necessidade do diálogo com a segurança pública, principalmente em como penetrar no cinturão da FIFA. Durante a reunião, o representante da SEG convidou a SDH para participar do Comitê de Segurança da FIFA. No

dia 5/4 em reunião no Rio de Janeiro, a SDH teve a oportunidade de saber como a segurança pública e privada para a Copa do Mundo estão sendo constituídas. O próximo passo será garantir a presença também dentro dos estádios. A capacitação para os agentes de segurança ocorrerá conforme a seguinte agenda: Brasília, de 6 a 9/5; Salvador e Recife, de 13 a 16/5; Belo Horizonte e Fortaleza, de 27 a 30/5; e Rio de Janeiro, de 3 a 6/6.

Outra iniciativa que compõe a agenda é a formação de parâmetros de orientação para a mídia. Há um GT responsável pela criação e publicização desses parâmetros. Estão juntos com a Casa Civil e a Secretaria de Comunicação do governo federal para ganhar um espaço no credenciamento dos jornalistas estrangeiros e brasileiros. Querem alcançar a mesma conquista como foi em relação à segurança. Em dezembro de 2013, ocorrerá o primeiro credenciamento, sendo que já há 1.750 jornalistas credenciados para presenciarem o sorteio dos jogos em Salvador. Estão tentando conquistar um espaço no receptivo desses jornalistas para que também possam incidir e falarem sobre o tema. Estão também incidindo sobre a formação dos voluntários que serão treinados na área de segurança para capacitá-los sobre o tema, pretendendo alcançar todos os voluntários.

Outro foco de incidência da SPDCA é o fomento às agências de cooperação internacional para que possam atuar junto às regiões de fronteiras.

Angélica Goulart sintetizou que através da avaliação dos resultados, da disseminação das experiências nas cidades e da qualificação dos processos locais acredita que será possível deixar um legado desse momento, pois se terá alcançado uma maior articulação e qualificação das redes locais.

O plano integrado de proteção a ser desenvolvido pelos comitês compreende o atendimento num espaço temporário com plantão integrado pelo comitê local. O plantão terá a duração de 10h: 4h antes dos eventos, 2h durante os eventos e 4h após os eventos. Tanto o plantão, quanto os centros de convivência serão em espaço público, próximo aos estádios e locais aonde ocorrerão as maiores concentrações de pessoas em cada cidade. A ideia é ter um ponto focal nos estádios, penetrando no cinturão da FIFA.

O plantão integrado terá um centro de comando e controle para fazer a referência, os encaminhamentos e coordenar os atendimentos que chegarem. Estará inteiramente conectado ao ponto focal nos estádios e ao responsável pelo centro de convivência. Reforçou que o espaço de convivência será temporário e eventual, sendo um espaço específico de acolhimento com equipe preparada e todos os atores da rede de proteção para que haja um atendimento qualificado às crianças e suas famílias.

A ida às cidades, sinteticamente, é para mobilizar, instalar o comitê, elaborar um plano integrado de proteção que permita a identificação, o planejamento, a instalação do espaço, enfim, realizar todo esse processo.

A Secretária informou que em sua passagem pelas cidades percebeu todo mundo bem disponível e atento. De alguma forma, as cidades já estão preocupadas com os ME e já estão desenvolvendo alguma experiência. Algumas dessas experiências foram apresentadas no

terceiro dia da segunda oficina das RNDDHCA para que todos soubesse e pudesse adaptar as ideias apresentadas às suas realidades.

Informou que as visitas às cidades têm proporcionado a possibilidade de ajustes no planejamento feito. Outro ponto positivo é que os secretários estaduais e municipais também têm dado muito apoio.

Ressaltou que a II oficina das RNDDHCA era um espaço onde seria possível trocar experiências e haver a integração e o diálogo entre o poder público e a sociedade civil.

Na sequencia, foi realizado um debate sobre os direitos humanos no contexto dos mega eventos, cujo expositor foi Renato Roseno (RR). Renato declarou que a perspectiva apresentada por ele sobre o contexto dos direitos humanos nos ME expressava o próprio ponto de vista e opinião, não tendo nada a ver com o posicionamento das redes presentes, estando o seu discurso fundado na análise do comportamento do aparato estatal em uma determinada agenda de desenvolvimento econômico. Sua ideia foi apresentar se e como os direitos humanos têm sido garantidos nesse modelo de desenvolvimento, incluindo as grandes obras e como ambos têm impactado intensamente a garantia dos direitos humanos. Seguiu três linhas estratégicas de pensamento: 1) as intenções existentes nas circunstâncias do Brasil se tornar sede das olimpíadas e da Copa do Mundo, analisando em que medida isso de fato é bom para um determinado horizonte societário e se se integra ou não a um projeto de dignidade humana e de desconcentração das riquezas; 2) as distintas dimensões de violações de direitos humanos, um escopo mais amplo para poder desenvolver a ideia de proteção integral, trabalhando com as violações de direitos humanos que são estimuladas pela realização dos grandes eventos; 3) pensar as possibilidades de desenvolver ações estratégicas para que o legado não seja somente o aumento das violações desses direitos.

Segundo RR o que se vê não é propriamente um receituário desconhecido da América Latina. Quem fazia a militância social e política desde os anos 80 conhece as tentativas de desregulamentação dos mercados, de destituição dos direitos fundamentais, da flexibilização das relações de trabalho, da transnacionalização das plantas industriais, dos investimentos econômicos. Portanto, em sua opinião, o que ocorre não é uma novidade, nem está circunscrito exclusivamente à esfera dos ME. Assim, é necessário pensar como os ME esportivos dialogam com essa nova ordem econômica internacional, sobretudo a partir do ajuste neoliberal.

Segundo RR, há uma sobre-exploração do trabalho humano que demanda mais violação de direitos humanos, sendo necessário pensa-la em relação ao contexto social. O Brasil passa por um processo de reprimarização econômica dos anos 90 em diante, o que significa que seu papel na área internacional passou a ser de fornecimento de bens primários, uma reprimarização da economia. Os dados oficiais do IPEA sobre a economia brasileira apontam a queda de industrialização no Brasil e um aumento do setor primário. Tudo isso ocorre com financiamento público: isenções e imunidades tributárias, financiamento público, ampliação da infraestrutura.

Outra ideia destacada por RR é que os ME são necessários para repotencializar alguns segmentos da economia. Algumas regiões do planeta, principalmente dos países que possuem inserção diferenciada na esfera internacional a partir de 90, como por exemplo os BRICS – Brasil, Russia, India, China e Africa do Sul – potencializaram novas dinâmicas econômicas nos setores de serviços: nas áreas de entretenimento, turismo e lazer. Muitas dinâmicas do nordeste do Brasil, por exemplo, também foram encontradas na África do Sul. Existe uma alteração da inserção desses países na esfera internacional. Nos últimos 20 anos, a inserção brasileira na geopolítica internacional se alterou. A dinâmica econômica é que dita a resposta da sociedade a uma determinada proposição política, sendo necessário destituir direitos.

Existe um setor dinâmico na economia que poderá se refuncionalizar a partir dos ME: a construção civil, o entretenimento, a indústria de base, a indústria da infraestrutura, a mobilidade urbana. Os ME são uma oportunidade de dinamização do capital e precisam ser entendidos dessa forma. Os ME se inscrevem numa necessária oportunidade de potencialização do capital.

RR destacou também um outro elemento: o lugar da cidade, do urbano nesta dinâmica. A cidade contemporânea é uma "comodity". David Harvey trabalha com um conceito chamado "cidade-empresariamento" ou "cidade-mercadoria", onde a cidade passa a ser um lugar de comodity. Zonas da cidade que possuiam baixa remuneração no setor imobiliário são incentivadas com largo investimento público para que aquela tenha uma refuncionalização. Uma zona que não era funcional à especulação imobiliária passa a ser funcional. Então o segundo elemento é que além da divisão internacional existe um novo patamar, um novo território para exploração que é a própria cidade. O urbano vira mercadoria - é essa cidade comodity. E é fundamental que se tenha legitimidade social para tanto. Assim, há um gigantesco aparato publicitário e midiático que desenvolve o patriotismo de cidade. O patriotismo de cidade é um dos elementos necessários para a legitimação social da refuncionalização de determinadas áreas da cidade enquanto dinamização do capital. A compreensão dos conceitos de "cidade-comodity" e "patriotismo de cidade" são extremamente importantes em relação aos ME.

Ao se ler o caderno de encargos e a Lei Geral da Copa (LGC) fica evidente que a República Federativa do Brasil fica responsável por dar segurança aos patrocinadores dos ME. Um artigo da LGC sobre responsabilidade civil diz que toda responsabilidade civil é da união federal. É um ME esportivo de uma empresa privada, bancado por muitos patrocinadores internacionais gerando bilhões com investimento público em larga escala para a infraestrutura que não pode dar errado. A primeira medida é garantir que o país dê segurança ao negócio, aos investidores e aos seus patrocinadores.

A segunda medida é preparar os territórios para desenvolver os ME. A mais gritante violação aos direitos fundamentais desde o princípio é o direito à moradia adequada. Cento e setenta mil pessoas terão esse direito violado em razão dos deslocamentos forçados, dos despejos e das remoções por causa dos ME. O Conselho de Direitos Humanos da ONU já fez recomendações ao Brasil no relatório especial de moradia adequada da Professora Raquel

Rolnik acerca das remoções forçadas. O tema das remoções é um tema afeto à infância. O direito à moradia é o direito desde já violado – a desterritorialização.

Em relação ao higienismo social ("retirar os pobres de circulação"), a Lei Geral da Copa (LGC) possui um artigo que diz que é exclusividade dos investidores e patrocinadores 2km de perímetro a partir do local do evento, que é chamado de "zona de exclusão". A LGC inclusive criminaliza a venda de serviços ou produtos não licenciados, criando um estado de exceção. É necessário produzir controle sobre essas camadas – uma prática já conhecida e que vem se repetindo com os ME: ECO 92, Panamericano, visita do Papa... Dessa forma, a internação compulsória está diretamente ligada ao higienismo social, que associa ao mais pobre a doença, a sujeira, à uma situação que deve ser combatida.

A terceira ideia é a de criminalização. Criminalização do protesto social, do direito à greve, das atividades desenvolvidas pelas camadas populares. A LGC e a lei que está para ser votada desde março/13 no senado (já passou por 3 comissões) criam os tipos penais de segurança para a Copa: o terrorismo, o marketing de associação e o marketing de intrusão: ou seja, vender coisas no perímetro de 2 km passa a ser crime com penas previstas de detenção. Venda ilegal de ingressos ou de produtos não autorizados. Há uma legalização da alteração da norma legal, um estado de exceção. Normaliza a exceção para o período da Copa. Suspendem os direitos do consumidor, o direito de ir e vir, os direitos previstos no Estatuto do Idoso e no Estatuto do Torcedor, limita e suspende o direito de greve, o direito à manifestação, e amplia o aparato penal de controle, criminalizando e penalizando as condutas. Em nome do combate ao terror destituem-se os direitos e as garantias fundamentais da cidadania. Correlato à LGC, o Brasil também editou o Regime Diferenciado de Contratações (RDC), que é uma imoralidade do ponto de vista das contratações das obras públicas. Ele reduz os já baixos níveis de transparência de contrações das obras públicas no Brasil.

A quarta ideia é que atinge diretamente crianças e adolescentes, durante e depois: os ME atraem principalmente homens. Os ME anteriores comprovam que aumenta a demanda por serviços sexuais pagos. Há reportagens com profissionais do sexo que já têm pacotes fechados para adultos para a Copa. Esse aumento de demanda pressiona as redes de ESCA. Por isso, existe a justa preocupação para que essas redes não recrutem crianças e adolescentes para o atendimento desta demanda anterior aos eventos. A questão não vai se resumir ao evento porque depois do ingresso na rede ESCA, a possibilidade é que haja a pressão para que as crianças e adolescentes recrutados permaneçam nas redes ESCA e TI.

Existe uma outra demanda que afeta diretamente crianças e adolescentes e que não está no perímetro do evento, nem espacial, nem temporal: as denúncias de ES, TI e drogadição nos canteiros de obras. Daí, há uma terceira reflexão: as situações de ES, TI e recrutamento das crianças e adolescentes para as redes de varejo de drogas, é uma outra demanda que já foi identificada em outros eventos esportivos. É o que a literatura tem chamado de "mercado assessório do entretenimento". Aliado aos ME há também as festas, raves, bares, praias e o varejo das drogas que provocam o recrutamento para esse tipo de trabalho.

Renato Roseno expôs que então há três dimensões que devem ser atacadas: existe uma assimetria de como determinadas comunidades e sujeitos sociais estão se relacionando com a

Copa do Mundo. Percebe-se que existe uma assimetria, sobretudo do capital de infraestrutura que deve ser assumida. Nesse jogo, enquanto sujeito político, somos o elo que possui menor relevância.

A segunda dimensão é a negociação. É preciso negociar com o Estado aparelho, ou seja, nos seus três entes federados: com a União, os estados e os municípios, principalmente com estes últimos. Há uma agenda de remoção, de violações do direito a moradia em andamento que deve ser pressionada pela RDDHCA para que seja estabelecida uma composição de redes protetivas nas localidades, como dito pela SPDCA. A preocupação não deve ser tanto com os ME nos seus 40 dias, mas sobretudo na instalação e em especial no seu período posterior. Como irão se comportar, qual será o legado para as crianças e adolescentes que porventura tenham sido pressionados para se inserirem nas situações de ESCA, TI e mercado de drogas? Em sua opinião, não será problema a negociação com governadores e prefeitos durante a realização dos eventos, mas de imediato ou pós os megaeventos.

Que legado vamos disputar? Em que medida podemos dar um salto qualitativo no exercício da proteção? A assimetria que encontramos aqui é a assimetria da sociedade brasileira. Aí entra a terceira dimensão estratégica: o conflito. Havendo uma assimetria, é preciso ser competente na negociação e no conflito, inerente à vida social, sobretudo na vida social tão esgarçada pela desigualdade. Deste ponto de vista, temos que compor uma agenda de reivindicação.

É necessário assumir este conflito até para sermos bem sucedidos na negociação. Deste ponto de vista, Renato Roseno disse que é fundamental aproximar a nossa agenda das agendas de outros sujeitos políticos que estão se debatendo sobre a Copa. Temos que dialogar com a articulação nacional dos comitês populares da Copa e com os Comitês Populares locais que têm denunciado as violações de direitos em relação aos territórios. É um sujeito político fundamental que tem que ser fortalecido. É preciso estar lá e fortalecê-los, dizendo que o conjunto de violações de terra e território, de trabalho, de moradia, dos direitos políticos, dos direitos da criança e do adolescente, fazem parte de uma determinada lógica.

Resumindo, três reflexões: assimetria, negociação e conflito. O reconhecimento da assimetria para nos posicionarmos melhor na negociação e entendermos o conflito é essencial à vida democrática. Levar o Estado brasileiro para o sistema interamericano de direitos humanos, se esta for uma estratégia necessária; levar as violações dos direitos de crianças e adolescentes ao Comitê da ONU se também for necessário. Entender que isso é a melhor contribuição que podemos dar, inclusive para incluir aqueles que no interior do Estado aparelho são responsáveis por atender os direitos humanos. Isso fortalece essa parcela do Estado no enfrentamento contra a outra parcela que só dialoga com os investidores, patrocinadores e empresas multinacionais.

Renato Roseno propôs uma autocrítica: a SC está desmobilizada, perdendo a densidade. De um lado, há uma sociedade civil que não está no auge de sua mobilização, de sua capacidade de intervenção pública. Do outro, há uma ascensão de uma mentalidade conservadora de visão de mundo. Há uma legitimação da destituição de direitos.

Deve-se fazer da nossa agenda uma agenda unitária com os comitês populares da Copa, com aqueles que têm resistido por terra e território. A nossa agenda deve colocar os direitos de crianças e adolescentes como prioridade absoluta, como dimensão estratégica de desenvolvimento da democracia no interior da agenda geral dos direitos humanos. Não há possibilidade de desenvolvimento sem direitos humanos. Desenvolvimento que é igual a crescimento econômico não é desenvolvimento. É só crescimento do PIB, é mais capitalismo.

RR propôs duas reflexões: de que adianta se chegar em 2017 como a quinta economia do mundo, se esta economia não tiver permitido uma educação infantil universal e de qualidade? Se não conseguiu uma agenda da primeira infância que fosse promotora da universalidade, da integralidade, da visibilidade dos direitos humanos a esta primeira infância? De que adiantará isso se ainda há níveis de desigualdade, de assimetria sociopolítica, econômica e cultural estruturantes e que se perpetuam entre nós desde o século XIX? Porque há este ufanismo dos ME, este patriotismo de ME e de cidade, se não conseguimos fazer do extermínio da nossa infância e da nossa adolescência uma prioridade presidencial? Devemos mostrar um legado de um povo que consegue em momentos de crise como esta, ampliar a densidade do debate democrático, num momento da vida política internacional em que se legitimam as destituições de direitos e as restrições democráticas.

Durante o debate, os participantes demonstraram preocupações pertinentes ao tema como: o impedimento da participação da classe trabalhadora nos jogos em função dos altos preços praticados; a precarização das políticas e dos serviços; a utilização de estádios abandonados por grandes empresas de lazer com cabines de sexo rápido com mulheres adultas (no nordeste); o prazer sexual como foco do lazer; a dificuldade da SC de exercer o controle social, uma vez que se acha cooptada pelo governo; o debate político marcado pela fragmentação e pela fragilização da SC; a ausência de discussão acerca de determinados assuntos que a SC não consegue controlar, como a redução da idade penal por exemplo; a necessidade de se identificar aliados; um novo marco legal para as ONGs; o debate com novos atores; a agenda de convergência; as ações das RNDDHCA nas diversas articulações dos estados ali representados e a análise feita por RR; a ausência de uma agenda de convergência diante das violações causadas pelas grandes obras; a ausência de um plano de intervenção forte que responda de forma conjuntural e com a magnitude necessária para enfrentar o cenário que se apresenta; a ausência de diagnósticos e de relatórios de impacto; a ausência da rede de atendimento como retaguarda; a responsabilidade das empresas nesse processo; a higienização social que sempre ocorre para esses eventos; a intervenção através do conflito e as estratégias necessárias para lidar dessa forma; a violação dos direitos fundamentais e a necessidade de estratégias em relação à FIFA; a necessidade de refletir sobre o modelo democrático adotado para a participação do povo – conferencias, fóruns, conselhos e ao mesmo tempo retomar o empoderamento do povo, de quem está realmente vivenciando as violações; a necessidade de se atentar para a crise financeira que assola também os técnicos-profissionais-ativistas que têm que cumprir uma agenda técnico-profissional que esvazia o debate político; o investimento feito pelos profissionais do sexo para lucrar mais com a copa – colocação de silicone, a entrada de adolescentes no mercado do sexo motivada pelos ME, a forma como esse público será tratado durante os ME e a expectativa que têm nutrido em relação aos ME; o risco da utilização da tecnologia e das estratégias contemporâneas para o

recrutamento de crianças e adolescentes para o mercado do sexo pelas redes ESCA e a ausência de sistemas de informações para lidar com isso; a existência de PL tramitando no congresso que prevê a regulamentação da prostituição, proporcionando lucro para quem mantém os estabelecimentos de prostituição; a relação entre a internação compulsória e a criminalização do porte da droga para consumo próprio; a especulação imobiliária reforçada pelos ME; a ausência de planos de enfrentamento às violações de direitos humanos decorrentes dos ME em cidades-sede há dois meses antes dos mesmos; a regulamentação da LGC pelos municípios às vésperas dos ME; o legado que será deixado pelos ME; a falta de articulação do movimento da infância com os movimentos de mulheres, negros, profissionais do sexo, LGBTT, moradia, e outros, que também estão sofrendo o impacto direto dos ME, sem sair da pauta específica, mas também se mobilizando nesse sentido; a definição de uma estratégia que possa unir todos os movimentos considerando a existência da assimetria política entre a sociedade civil organizada e o governo, a necessidade de negociação apesar disso e o dever de tensionar e provocar o conflito; o enfrentamento do agravamento das violações já existentes em função dos ME; a violação de direitos em nome da proteção; a necessidade de se estabelecer ações através da agenda de convergência que invertam a lógica das violações e não somente enfrentem o seu agravamento diante dos ME; o papel do Estado brasileiro de assumir a sua responsabilidade nos planos e políticas já criados, como o Plano Decenal, o SINASE, o PLEVS, o PNETI, o SUAS, etc; a tramitação do PL 478/07 – "Estatuto do Nascituro" que estabelece os direitos dos embriões, e criminaliza os direitos reprodutivos das mulheres.

Também foram feitos os seguintes questionamentos: o que fazer e como lidar com a mídia que ocupa as mentes das crianças, adolescentes e jovens? Como construir uma agenda da sociedade civil a partir das três dimensões apontadas por RR? Qual seria a bandeira de luta da SC, considerando o antes, o durante e o depois dos ME, para se alcançar resultados concretos? O que não deve ser negociado? Qual o movimento da SC para fazer a contra-hegemonia em relação aos movimentos reacionários atuais que colocam em risco os avanços das duas últimas décadas?

RR respondeu às reflexões e aos questionamentos informando que a sociedade que atualmente legitima as ações de intolerância, de segregação e fascismos é diferente da sociedade que disseminou o nazismo. O Boaventura de Souza Santos trabalha com a ideia de fascismo societal. Não é um fascismo localizado no aparato de Estado. Oficialmente, o Estado brasileiro não é favorável a redução da idade penal, por exemplo. Existe uma difusão de ideias e valores que cultivam relações de intolerância e segregação entre nós. Muitas dessas ideias derivam da despolitização geral da sociedade, do sequestro da política. Nós perdemos a densidade como sujeito político. O que nos transforma em sujeito político é nos colocarmos na esfera pública. Citou Mareato: "a política é a dimensão na qual aquele que não tem voz luta para estabelecer a sua voz": os sem-terra, os sem-teto, o desempregado, o homossexual, a criança/adolescente em situação de rua, a prostituta. São aqueles que são maiorias sociais, mas são minorias políticas, o que faz da sua condição social uma nova condição política. Citou o feminismo como exemplo. O feminismo afirmou as mulheres como sujeitos políticos. O movimento LGBTT é a afirmação da cidadania homoafetiva como sujeito político.

Há também a ascensão do medo, que também legitima ações violadoras em nome da proteção. Produz, principalmente no tecido urbano, a legitimação da segregação, da apartação. Quem são os sujeitos sociais que causam medo? Os adolescentes, os jovens, os pobres que estão habitando um determinado lugar. O que garante a permanência destas comunidades nesses territórios? A sua capacidade de luta. O que garante um deslocamento em bases materiais mais dignas? A relocalização. Tudo isso depende do nível de luta. A resistência impõe a necessidade de negociação. A agenda contra a privatização deve ser negociada, é uma agenda pública e deve ser negociada.

Um terceiro aspecto é iniciar a negociação política com atores diferentes. Devemos nos direcionar aos focos decisórios das agendas que são prioritárias para o governador, prefeitos, Presidenta.

A luta de classes é que consegue dar escalas, densidade ao tensionamento. É preciso dar densidade a três movimentos: autoconsciência, auto-organização e autoemancipação.

A autoconsciência consiste em interpretar a dinâmica na qual estamos inseridos. Atualmente há uma militância social que possui dificuldade para interpretar o Brasil; de entender a constituição da sociedade brasileira nas suas estruturas racistas, sexistas, homofóbicas, classistas. O Caio Prado (1910) dizia que o Brasil era o que o pior do arcaico conseguia juntar ao pior do moderno. O pior do arcaico: o latifúndio, o assassinato, a morte de quem contraditou, o genocídio, o etnocídio (populações indígenas). E o pior do moderno: o que a sociedade nos legou com a sua flacidez ideológica gigantesca. É preciso que os militantes de outros movimentos, dos sem-teto por exemplo, se reconheçam na nossa agenda e nós na agenda das remoções, na agenda dos trabalhadores ambulantes, dos desempregados, das mulheres. Em sua opinião, a conflitualidade está instalada e sendo resolvida pelo dispositivo penal. O Brasil de 20 anos atrás possuía 36 mil encarcerados. Hoje são 566 mil. Devemos propor uma outra agenda para romper o conflito, que seja uma agenda que proporcione a aquisição de direitos. RR fez questão de ressaltar que a aquisição de bens de consumo não representa necessariamente a aquisição de direitos. A pessoa pode adquirir um bem financiado conforme as suas possibilidades, mas isso não significa que tenha adquirido direitos de cidadania, ampliado o seu direito à saúde, à educação pública. Houve uma ampliação do mercado de consumo de massa que não levou à aquisição dos direitos fundamentais.

Atualmente, somos uma sociedade pautada pelo mercado de consumo de massa. A garantia de direitos não perfaz o nosso cotidiano. Temos que voltar ao que é fundamental. Em alguma medida nós deixamos de lutar. O que faremos para voltar a lutar? O fundamental é que o mundo não seja previsível, que o futuro não seja previsível, que lutar seja a única coisa previsível.

O sistema apresenta um futuro completamente previsível aos nossos jovens: o da criminalização, do subemprego, da precarização, do trabalho infantil, da ESCA, da drogadição... de uma vida acinzentada e triste por trás de um emprego mal pago. O sistema traça uma certa vida previsível para uma determinada parcela da juventude brasileira. Muitos dos que não cabem nessa previsibilidade acabam sendo encarcerados nos calabouços do sistema penal. A possibilidade de reinventar a vida e o futuro está na luta política. A dimensão política é a

dimensão mais criativa da vida social, com capacidade de reescrever as relações sociais. Entretanto, a política foi capturada por mecanismos eminentemente institucionais que não são criativos. Quando o poder público solicita a um movimento social que enquadre suas demandas no orçamento participativo, por exemplo, a contradição fica enquadrada assim como o dissidente que passa a ser obediente. Regramos tanto a vida social que regramos inclusive a dissidência, e na medida que isso é feito, limitamos esta criatividade.

Para o fundamentalismo de mercado não tem sentido falar em democracia, esfera pública, direitos; o fundamentalismo de mercado diz que há muitos direitos que são necessários se destituir, desconstruir a arena de direitos.

RR diz que devemos dialogar, ampliar as nossas alianças e agenda de luta, mas também devemos ser um movimento que não substitua o sujeito da história. Porém, o mercado em alguma medida substituiu o Estado. Por outro lado, não podemos substituir o sujeito social, não podemos ser um movimento que fale "em nome de": em nome das crianças, dos adolescentes, dos jovens. Esse menino vai ter o seu processo de autoconsciência de auto-organização e de auto-emancipação a partir do sujeito. Não é correto substituir o Estado e nem o sujeito social. É preciso ouvir os adolescentes, os jovens, mais do que só levá-los aos eventos.

A única coisa previsível é lutar. Nossa pauta é reinventar e reinterpretar o Brasil. Isso não nos abdica de construir uma agenda de curto prazo para que possamos fazer pequenas mudanças. Quando os gestores quiserem negociar conosco não devemos perder essa agenda, mas também não devemos perder esse horizonte societal. Sendo necessário, utilizar o inalienável direito de recusa. Esse direito ninguém pode nos tirar: o direito de recusar as emoções, de recusar a ESCA, as alternativas infernais que são colocadas as nossas crianças e adolescentes. Mas precisamos nos repolitizar como sujeito social. Nós temos que voltar a ser sujeito político, mas temos que em alguma medida, tremer as estruturas. O direito de recusa foi substituído por uma produção de obediência. Ao invés de dissidentes, nos tornamos obedientes a uma gestão racional, tecnocrática de alternativas.

A negociação e o conflito da constituição do Estado brasileiro são as duas pernas que tem nos levado a alteração possível de algumas estruturas. Nós temos que ser os abolicionistas do século XXI. Nós temos que ser aqueles republicanos radicais que no final do século XIX faziam as conferências radicais. É isso que temos que perseguir com perspicácia e maior vigor, mais ousadia e mais criatividade, perseguir aquilo que realmente nos faz humanos. Toda a resistência é criativa. Lembrem dos Secos e Molhados: Primavera nos Dentes, "quem tem consciência pra se ter coragem; quem tem a força de saber que existe; e no centro da própria engrenagem, inventa contra a mola que resiste." Nós estamos no centro da engrenagem, em Brasília, temos todos estes aparatos, portanto temos que ser capazes de, no centro desta engrenagem, ter a consciência para ter a coragem, ter a força de saber que existe e inventar a contra a mola que resiste.

No dia 25/04/2013, Karina Figueiredo apresentou o relatório da I Oficina e os seus desdobramentos, realizando um breve resgate histórico sobre a proposta das RNDDHCA e os

desdobramentos com a construção de uma agenda de convergência que ampliou a participação reunindo hoje diversos atores além da rede até a realização da II Oficina.

A Campanha de Articulação Nacional de Adolescentes (ANA), apresentada por Lidia Rodrigues – coordenação ECPAT, surgiu de um projeto piloto em parceria com a SDH e foi se ampliando até se tornar uma grande campanha de articulação entre os jovens que utiliza as mídias sociais, principal estratégia de comunicação utilizada pela juventude, para incidir, discutir e acompanhar as principais violações nas localidades. No Blog, a "Ana" é uma adolescente que vive os principais problemas de uma adolescente pobre, negro e da periferia. A personagem foi construída coletivamente pelos jovens e retrata a realidade dos mesmos, também a partir das sugestões deles e do que vivenciam, facilitando a reflexão e a busca de apoio e ajuda, quando necessário.

A partir da análise do contexto atual do país, do resgate desse período pós I Oficina com a construção da agenda de convergência e diálogo com diferentes parceiros, e da ação ECPAT/Comitê junto aos adolescentes e jovens através da ANA foi o momento dos participantes se reunirem em grupos para identificar as mudanças ocorridas nas suas regiões a partir dos ME, as ações desenvolvidas pela SC desde a primeira oficina e o que ainda é possível ser feito para interromper ou minimizar as violações de direitos humanos de crianças e adolescentes antes, durante e depois dos ME. A dinâmica, denominada "Mesa de Bar", foi desenvolvida a partir de três perguntas norteadoras:

1. Que mudanças você percebe no cotidiano da população de crianças e adolescentes com a preparação para a recepção dos ME?

2. O que a sociedade civil fez após a primeira oficina das Redes Nacionais no contexto dos ME?

3. Que ações em rede a sociedade civil pode fazer no contexto dos ME?

1. Que mudanças você percebe no cotidiano da população de crianças e adolescentes com a preparação para a recepção dos ME?

"Eu não vou aos jogos, mas a Copa veio a mim!" E aí, o que vem a mim com esta Copa? (NE)

"Copa prá quem?" (S/SE)

Expectativas: trabalho, conhecimento de outros idiomas, acesso a moedas diferentes: mais dinheiro – dólar, euro. (NE)

População eufórica acreditando no desenvolvimento econômico. (NE)

Intensificação das violações e violências de todas as formas. (N/CO)

O governo está tomando medidas de segregação, de discriminação e que violam os direitos já conquistados: desocupações, hipervalorização de áreas antes esquecidas. "Estamos esmagados. Sem diálogo". (NE)

Partindo do conceito de “cidade-empresariamento”, os grandes eventos legitimam a dicotomia “adolescente x menor”, na medida em que representam os interesses de grupos socioeconômicos que se agenciam em torno da primeira categoria subjetiva e engessam as lutas de direitos humanos em torno da segunda categoria subjetiva. (S/SE)

Extermínio e violência policial. “Desaparecimento” dessa população (as crianças/adolescentes e pessoas em situação de rua que são recolhidas e dadas como desaparecidas na verdade podem estar mortas). (S/SE)

O Estado desenvolve ações violadoras com o discurso da “política de proteção”. (S/SE)

Implantação das UPPs nas principais comunidades da capital do RJ e ausência de UPPs na baixada fluminense e zona oeste fazem com que haja uma migração do crime organizado para as outras cidades e interior do estado do RJ. (S/SE)

Encarceramento em massa, principalmente da juventude pobre, negra e periférica. (S/SE)

“Novas ondas”: retorno do debate em torno da redução da maioridade penal; criação de novas leis que intensificam as penas: endurecimento das penas. (S/SE)

Aumento dos confrontos policiais nas periferias. (S/SE)

Impedimento das manifestações populares. (S/SE)

Redução do orçamento: todo orçamento direcionado para a copa. (S/SE)

Recolhimento; higienização. Criminalização da pobreza e dos movimentos pelos direitos da infância e dos movimentos sociais em geral. Acirramento da divisão da sociedade em classes. (S/SE)

No eixo da proteção, percebe-se o aumento da exploração sexual, tráfico de pessoas, drogadição, trabalho infantil, criminalização da juventude, higienização, recolhimento compulsório (NE) e internação compulsória, tendo o crack como vilão. Retorno à repressão. (S/SE)

Intensificação do recolhimento compulsório das crianças e adolescentes em situação de rua, uma tendência que pode se tornar realidade em todo o país. (S/SE)

Ações mais agressivas do Estado = uma “situação nova” para as crianças/adolescentes que se demonstram mais agressivas diante dessas ações como uma reação à higienização. (S/SE)

Crianças e adolescentes como classe perigosa. Demonização da adolescência, da juventude, da população de rua. (S/SE)

Instalação de situação de pânico na população infanto-juvenil ameaçada e vítima das desapropriações e remoções forçadas (N), devido aos interesses e especulações imobiliárias. (S/SE)

Dificuldade na locomoção durante as obras para quem passa por elas e depois das obras para as populações que foram removidas. (S/SE)

Os investimentos têm natureza publicitária, de acordo unicamente com as premissas do mercado, passando uma imagem utópica e unilateral de um megaevento puramente positivo. (NE)

Afeta a questão da moradia. Há um aumento dos laboratórios de drogas e cooptação da criança/adolescente nesses laboratórios. São usadas para proteger/camuflar os laboratórios. (S/SE)

Mídia voltada para criança/adolescente em relação ao consumo, mas fora dos direitos. (S/SE)

Manutenção da criança/adolescente no imaginário social como objeto de encantamento para as campanhas midiáticas. Perda de oportunidades de trabalhar a formação para a cidadania. (S/SE)

Amadurecimento precoce de crianças e adolescentes em razão de situações de violações de direitos humanos. (NE)

Crianças e adolescentes alheias aos preparativos dos ME. (N/CO)

Omissão de artigos que garantem os direitos de crianças e adolescentes na Lei Geral da Copa. (N/CO)

Não participação dos adolescentes nas decisões da Lei Geral da Copa. (N/CO)

Não há investimento direto para alertar as crianças e adolescentes sobre os riscos e desenvolvimento de estratégias de autoproteção. (NE)

O Programa "Mais Educação" não contempla todas as crianças e adolescentes das escolas. (N/CO)

Dificuldade de articulação com a Educação. Nenhuma sinalização do envolvimento das escolas nestas questões. Ausência das escolas nas redes. Proposta: projeto com as escolas voltado para a Copa (prêmio?) para envolver as escolas na discussão. (S/SE)

Fragilidade e desinformação da sociedade civil e das redes acerca dos efeitos e quanto às violação de direitos humanos da criança e do adolescente no contexto das grandes obras e eventos esportivos. (S/SE)

Entidades com mais dificuldades para trabalhar. (S/SE)

Formação de grupos de jovens nos fóruns RAD, FEOCA/MG e da juventude. (S/SE)

Discussão centralizada apenas nas cidades-sede, mas as outras cidades também vão sofrer impactos. (S/SE)

Mobilização das redes de proteção de crianças e adolescentes contra as violações de direitos humanos. (NE)

A rede já entendeu as dificuldades de trabalhar... Então, vamos trabalhar? Construir ações já! A palavra de ordem é "construir ações". Realizar uma grande mobilização. (NE)

Participação das instituições que compõem as redes nos debates devido a realização da Copa. (NE)

2. O que a sociedade civil fez após a primeira oficina das Redes Nacionais no contexto dos Mega eventos?"[1]

Integrou o Comitê Regional e local da Copa, dentro da agenda de convergência (somente parte do grupo devido à divergências políticas/RJ). (RJ/MG – S/SE)

Fechamento do CEDCA-RJ; manifesto e manifestações. (RJ/S/SE)

Realizou audiências públicas. (RJ/S/SE)

JCA realizando projeto de fortalecimento regional com a juventude. (RJ/S/SE)

Encontros da Rede ECPAT. (RJ/S/SE)

Evento do Projeto do Milênio (esvaziado). (MG/S/SE)

Instituto Ethos – Projeto "Jogos Limpos". (MG/S/SE)

BH Turismo – Infância Protegida. (MG/S/SE)

Projeto AMAS – PAIR e CHILDHOOD (ação de continuidade). (MG/S/SE)

Mobilização do Projeto "ANA" junto à RAD-FEVCAMG. (MG/S/SE)

Fortalecimento do Comitê Estadual de Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, apoiado pelo CONDECA. (SP/S/SE)

Secretaria Municipal de Direitos Humanos com possibilidade de implantar o PAIR-COPA. (SP/S/SE)

Ampliação do PAIR para alcançar 202 municípios; reuniões com a secretaria de justiça. (SP/S/SE)

Reuniões com a Secretaria de Justiça. (SP/S/SE)

Flashmob: "copa prá quem?" com manifesto. (SP/S/SE)

Reunião com o Comitê Municipal da Copa. (SP/S/SE)

Reunião com o Ministério dos Esportes. (SP/S/SE)

---

[1] As siglas entre parênteses denominam também os estados. Optou-se por demonstrar os estados, quando os participantes fizeram questão de denominá-los.

Transformação da Coordenação da Mulher em Secretaria da Mulher. (SP/S/SE)

Criação da Coordenação da Juventude. (SP/S/SE)

Audiências públicas devido ao fechamento de escolas. (RS/S/SE)

O Projeto do Milênio foi interessante, mas não houve continuidade (fortaleceu o SGDHCA, impactos da copa do mundo). (RS/PR – S/SE)

Planejamento estratégico para alcançar o setor do Turismo. (RS/S/SE)

Projeto de reordenamento político-estrutural do Fórum DCA-PR (democratização e politização do espaço). (PR/S/SE)

Comissão estadual de enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes e o FETI pautando o governo para as ações em relação a temática. (PR/S/SE)

Lançará em maio uma campanha sobre o tema. (PR/S/SE)

Realização do seminário "Criança e Adolescente no Contexto dos ME e Objetivos do Milênio". (N/CO)

Encontro das redes (reestruturação dos comitês locais e estaduais de enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes). (N/CO)

Mobilização dos fóruns (articulação). (N/CO)

Seminário "Uma Torcida pela Infância". (N/CO)

Audiências públicas para discutir grandes eventos e trabalho infantil. (CO)

Articulação para acompanhamento e incidência na Lei Geral da Copa. (DF/N/CO)

Encontro PAIR – violência contra crianças e adolescentes. Fortalecimento da rede para seu enfrentamento. (N/CO)

Participação e fortalecimento junto aos comitês populares da Copa. (N/CO)

Fortalecimento dos fóruns e das redes locais. Plataforma de Direitos Humanos sobre a ESCA apresentada aos candidatos a prefeitura. (RN/NE)

Seminário com a rede de proteção, incluindo representantes do poder executivo e judiciário, promovido pela REMAR, FEPETI e REDEXI. Nada tinha sido colocado na perspectiva da Copa, nem pelo poder executivo, nem pelo judiciário. (PB/NE)

Evento do 18 de maio, realizado em 16 de maio: Seminário com a presença do governador e prefeito de João Pessoa. (PB/NE)

Oficina de nivelamento com o trade turístico. (PI/NE)

Termo de compromisso sobre crianças e adolescentes. (PI/NE)

Criação do Código de Conduta Ética no Turismo. (PI/NE)

Seminário acerca do tema em relação à Copa do Mundo. (PI/NE)

Audiência pública para apresentação da comissão de monitoramento. (PI/NE)

Realização de pesquisa sobre impacto ambiental (EIA/RIMA). Inserção da discussão crítica no material. (RN/NE)

Inserção do tema da Copa na agenda do ponto focal FNPETI e apresentação da agenda para a conferência norte/nordeste contra o trabalho infantil. (RN/NE)

Plano estadual contra o trabalho infantil. (RN/NE)

Encontros da RENADE sobre o legado dos ME. (RN/NE)

Planejamento sobre a Copa pela ABMP. (RN/NE)

Enquanto representantes individuais e de segmentos, houve ações produtivas, porém isoladas, dada a desarticulação existente entre os atores da rede em conjugar suas agendas e realizar um trabalho conjunto de ordem sistemática. A rede, na condição de organismo vivo, uno e articulado, ficou consideravelmente aquém dos objetivos traçados em decorrência exatamente desta falta de articulação. O estado da Bahia enquanto rede não avançou. (BA/NE)

Sociedade civil no Conselho Estadual solicitou a participação na SECOPA e foi negado. (PE/NE)

Seminário: "Medidas socioeducativas, Violações de Direitos de Crianças e Adolescentes; Objetivos do Milênio e Copa" . (PE/NE)

Seminário: "Não Redução da Maioridade Penal" . (PE/NE)

Sociedade civil participando do curso do PAIR-COPA e da agenda de convergência. (PE/NE)

Elaboração do protocolo de intenções. (PE/NE)

A campanha do dia 18 de maio foi sobre o tema: ME e Copas. (PE/NE)

Fortalecimento do protagonismo juvenil através do Projeto "Ana" dando visibilidade para outros estados. (PE/NE)

Rede de combate elaborando um plano de combate para a Copa. (PE/NE)

Ouvidora da Presidência (não entendi) e Comitê Popular da Copa. (PE/NE)

Propostas:

Criação de uma referência que seja link nos estados. Após a oficina deveria se indicar uma pessoa que anime as ações propostas em cada Estado (ponto focal). Foi um grande incentivo para as redes se juntarem e se articularem. (RN/NE)

3. Que ações em rede a sociedade civil pode realizar no contexto dos Mega eventosw

Fortalecimento dos comitês populares da Copa. (N/CO)

Construir e fortalecer os comitês populares, propondo os temas: criança e adolescente; fortalecimento das articulações com os outros movimentos; priorização orçamentária. (NE)

Desenvolvimento de uma estratégia política para a nossa participação permanente nos comitês locais nas cidades sede dos jogos da Copa. (S/SE)

Participação da sociedade civil nos espaços de discussão da Copa, com voz ativa! Jogar para o mundo o que está realmente ocorrendo no Brasil, através, por exemplo, da Rede ECPAT Internacional; de campanhas que realmente alcancem o público infanto-juvenil, através de ferramentas que dialogue com esse público: educomunicação, audiovisual, identidade visual, rádios, rádios comunitárias, web-radios, mídias alternativas (web-tv, blogger, facebook, etc), tentando sempre aproveitar também as grandes mídias de massa. Ex: Globo, Record... pela competição entre elas, uma pode acabar dando visibilidade a algo que a outra não cobre. (SE)

Mobilizar e articular a sociedade civil. (N/CO)

Unificar as redes, união da sociedade civil! (SE)

Fortalecimento das instituições da sociedade civil: mobilização e discussão com crianças e adolescentes sobre os impactos da Copa nas violações de seus direitos. (N/CO)

Grande mobilização para repudio à invisibilidade que o governo dá às grandes violações de direitos por ocasião da organização para o Grande Evento, ex: mobilizações dentro dos aeroportos anunciando que no Brasil há exploração sexual e que o turista deve denunciar se souber de algum caso. (NE)

Organizar um dia nacional de mobilização com ações simultâneas em todos os estados (sugestão de Daniele Escotelaro/FEPETI/RJ): audiências públicas com a participação e voz de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e outras violações; elaboração e divulgação de manifestos das crianças e adolescentes. (S/SE)

Campanhas: “Tô na Pista”, 18 de Maio, abraço ao Mineirão. (sugestão de Beth Campos/ FEVCAMG/BH/MG) (S/SE)

Protagonismo Juvenil: criação e mobilização nas redes sociais; criação de material de esclarecimento sobre os reais efeitos dos grandes eventos nas cidades. (N/CO)

Formação de jovens educomunicadores para pautar a mídia e produzir informações no contexto dos grandes eventos esportivos (plano de comunicação). (S/SE)

Envolver as escolas. Crianças e adolescentes na mobilização pelos direitos humanos DCA no contexto da Copa. Ex: campanhas, concurso, etc. (S/SE)

Publicizar violações de direitos (eventos e obras). (S/SE)

Unificar a agenda de forma a promover o combate à violência. (NE)

Formular a proposta da agenda de convergência atual. (NE)

Exigir uma agenda propositiva com o chefe do gabinete civil e com os movimentos sociais sobre o tema crianças e adolescentes. Melhorar a comunicação. Salve-se quem puder e respeito são as palavras-chave. Provocação através das redes sociais (blogger, facebook, twitter, may space. Bombar a rede com um facebook próprio das redes na copa. Questionar investimentos feitos no que não é necessário, enquanto as crianças e adolescentes são esquecidos. Sensibilização para que as ações do poder público sejam responsáveis de forma a promover o amor, o respeito, etc... (NE) Passos:

1. Fortalecimento das redes locais
2. Construir um mapeamento das violações dos direitos humanos nas ações em contexto da copa (levantar os gastos, endividamentos dos estados e municípios)
3. Provocar os órgãos de controle (produção de relatórios para a Presidência da República, BNDES, TCU, e demais órgãos de controle social e organismos internacionais de direitos humanos)

Exigir do governo federal orçamento para implementar as ações por parte da sociedade civil. (NE)

O investimento em ações que estimulem a autoproteção. (NE)

Estimular a participação, bem como campanhas de divulgação de conteúdos de informação e autoproteção. (S/SE)

Quebrar o diálogo velado com as grandes empresas que mais violam os direitos humanos das crianças e adolescentes e da população em geral. (NE)

Democratização e politização dos espaços de discussão DCA. Levar as discussões que hoje estão centralizadas nas capitais dos estados para o interior: regionalizar e municipalizar as discussões no interior (legitimar a representação dos nossos espaços tornando-os de fato estaduais) – fóruns DCA. (S/SE)

Transversalizar a luta pelos direitos humanos da criança e adolescente com a luta dos demais movimentos sociais de luta pela diversidade étnica, pela diversidade sexual, entre outros, se implicando com as demandas sociais em geral: fluir a comunicação e debater a sobreposição. (S/SE)

Rede articulada com diversidade para combater o controle social fragmentado e as dificuldades geradas pelo poder estatal. (S/SE)

Comissão de articulação com múltipla representação das redes para intervir na fragmentação da sociedade civil. (Proposta de Vania Izzo/NOOS/ECPAT RJ) (S/SE)

Articulação de fóruns regionais, de câmaras temáticas e capacitação para articulação das redes sociais. (Sugestão de Sergio Silva/Fórum PETI/SP) (S/SE)

Na parte da tarde, os participantes se reuniram por estados para construir propostas de intervenção nos estados em virtude das possíveis violações de direitos humanos de crianças e adolescentes em relação aos ME. Foi distribuída uma planilha com as ações sob a responsabilidade da sociedade civil para que cada estado complementasse.

Até o término da elaboração deste relatório, apenas a cidade de Salvador não havia enviado ainda as suas proposições.

PROPOSTAS DOS ESTADOS PARA A PRÉ-COPA DAS CONFEDERAÇÕES E COPA DO MUNDO

Composição do GT/MT: Dulce Regina Amorim – ESCA; Maria Madalena de Figueirêdo – Secretaria Adjunta da Assis. Social de Várzea Grande; Mariana Pachêco – Superintendência Regional de Trabalho e Emprego; Tatiane Castro – Fórum DCA; Dilma Camargo – Ponto focal do Comitê.

Os integrantes do estado de Mato Grosso não elaboraram propostas por linha de ação. Teceram os seguintes comentários e questionamentos, cuja relatoria foi feita por Rosane Albuquerque – PPCAAM/SNPDCA/SDH/PR, a qual ficou responsável por enviá-la para o email dulceregina8@gmail.com que, por conseguinte, remeteria aos demais integrantes de seu estado:

(1) Quando haverá uma visita da SNPDCA no local?

(2) Preocupação e realidade de que o comitê local está ligado mais diretamente e exclusivamente às questões de infra-estrutura e não de Direitos Humanos e Proteção ao Direitos de Crianças e Adolescentes. Apenas na data de ontem, os integrantes souberam quem eram os membros de tal comitê e que estão ligados à Defesa Civil, CREA, Associação dos Engenheiros, etc.

(3) Avaliam que se o MT tiver que se unir em tomada de parâmetro enquanto articulação de rede, destacam o modelo de MG e RJ, no entanto, se tiverem que se aproximar de algum local geograficamente, será o DF. Perguntam quem será órgão articulador que promoverá a integração do Mato Grosso, com as outras UF's, que terão as suas cidades sedes da Copa das Confederações – enquanto modelo.

(4) Avaliam impactos não apenas na capital – em Cuiabá, mas também em Várzea Grande e outras cidades turísticas, onde os impactos se estenderão e onde as obras também se estenderão, tais como as cidades de Livramento, Chapada dos Guimarães, Poconé, etc. Citam ainda, que a rede hoteleira (metade dela) e aeroporto, está em Várzea Grande e há que se ter preocupação com a infância e adolescência nestas outras regiões, que tem um raio próximo.

(5) Clamam por uma primeira reunião com tal comitê, para que este não seja apenas de infraestrutura.

(6) Questionam quando haverá a formação do trade turismo, que já foram iniciadas articulações e confeccionado um plano no ano de 2009 e que não houve continuidade - foi uma formação em parceria com a UnB e Ministério do Turismo.

(7) Há uma transição do judiciário em Várzea Grande, em que é necessária ainda uma visita oficial para pautar a temática com a Juíza. O juiz anterior era muito parceiro, mas a atual Juíza de Várzea Grande, ainda está em transição. No judiciário de Cuiabá não há dificuldades.

(8) Há uma transição do executivo municipal de Cuiabá, onde há dificuldades de

interlocução. Em Várzea Grande também houve transição do executivo, mas não houve dificuldades.

Observações:

(1) Representante do judiciário passou no grupo e solicitou sugestões – Dr. Marivaldo Dantas, de como melhor atuar e pediu sugestões. O grupo solicitou aproximação com a juíza de Várzea Grande e o grupo e o juiz chegaram juntos a apontar 04 grandes questões centrais e necessidades, quais sejam: aproximação e participação efetiva dos juízes dentro do comitê; estruturação das equipes técnicas; capacitação permanente dos magistrados e servidores da área; e aparelhamento das coordenadorias das infância e juventudes. Estas questões já seriam um grande legado da copa, na concepção do grupo.

AÇÃO: 1.Diagnósticos Locais e participativos no pólos que sediarão a copa das confederações e copa do mundo, com vistas a mapear a situação da infância e adolescência, bem como a rede de proteção existente.			
ESTADO / PARTICIPANTES	**ESTRATÉGIAS DE AÇÃO**	**RESPONSÁVEIS**	**PARCEIROS**
AMAZONAS	(*) Pautar e articular com as diversas redes do Município para realização do diagnóstico por meio do Comitê - Pró-Copa. (*) Articular o Comitê Pró - copa com o Comitê Popular. (*)Realizar reunião ampliada com os parceiros SEAS-CONSELHO ESTADUAL-COMITÊ; CMDCA; para discussão.	(*) Rede de Proteção: Fórum PETI FEDDCA CEDECA ECPAT CMDCA Comitê de Enfrentamento VSCA	Comitê Popular Comitê Pró-Copa Conselhos Secretarias
RIO DE JANEIRO Vera (Cedeca RJ), Marcy (ABTH), Daniele (São Martinho), André Rangel (Contato), Vania Izzo (Instituto Noos), David (JCA), Juliana (Renade), Marcia Gatto (ANCED), Tiana (ECPAT), Ana Luiza (ECPAT), Clayse (ECPAT/Comitê)	Agregar pesquisadora local no comitê Conhecer o instrumental a ser aplicado Apresentação dos dados no comitê Realizar reunião para apresentação dos dados	ECPAT	
SÃO PAULO Fernanda (Forum DCA), Katia Reis (Cedeca Interlagos/Comitê Nacional), Brenda Barbosa (Cedeca Interlargos), Sueli (Cedeca Sapopemba), Sergio (SENAC/Fórum PETI), Débora (RENAS)			Redes
SUL	Analisar os diagnósticos locais (Forums DCA,	Conselhos Estaduais	Universidades através dos

	Centro de Defesa/PR-Marista, Universidade Federal do Rio Grande do Sul)		observatórios e núcleos de pesquisa CMDCAs
RIO GRANDE DO NORTE Carlos Henrique (CEDECA Ponto Focal Jovem); Isaias (IBEPIS) Gustavo (CEDECA); Marcos (Comitê Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes); Janaina – FOCA; Aline (Fórum DCA)	Consolidar os dados elencados pelas redes (o diagnóstico é responsabilidade do estado) ; Provocação das esferas responsáveis pela implementação das mesmas	Delegação RN ECPAT	Pontos focais: Combate a exploração sexual; FOCA; OBJUV; CRDH; DCA; CONSEC; Associação de Conselheiros Tutelares; OAB;
MINAS GERAIS Azarias Martins, Celia Nahas, Beth Campos, Beth Vieira, Glaucia Brandão, Marcia, Moisés Barbosa	Atuar junto ao CMDCA-BH para fazer o lançamento do Mapeamento da Situação da Infância e Adolescência, e do Plano de Convivência Familiar e da Rede de Proteção existente na cidade. Sugestão de data para o lançamento, dia 12 de junho, Dia Nacional de Combate ao Trabalho infantil, que este ano tem como tema o Trabalho Infantil Doméstico.	FECTIPA	CMDCA-BH
BRASILIA	Pesquisa Redes Pesquisa sobre adolescentes em situação de rua Contatar o MP para disponibilizar informação sobre OCA e investimento COPA, de 2010 a 2014 Levantamento dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de	 MNMMR CEDECA-DF, CECRIA, Comitê Popular da Copa, Fórum PETI CEDECA-DF	Redes Parceiros

	internação e internação provisória Dossiê sobre denuncias de desaparecimento de adolescentes	Sistema de Justiça	Cedeca DF, MNMMR
PERNAMBUCO	Articular junto ao CEDCA e COMDICA'S o financiamento do diagnóstico a ser realizado pela Rede de Combate , Ecpat Brasil e FDCA.	REDES DE COMBATE, FDCA, FEPETIPE, ECPAT BRASIL	CEDCA E COMDICA'AS
2. Instalação de comissões locais para implementação da agenda criança e adolescente nos pólos da copa das confederações e copa do mundo, valorizando as datas de enfrentamento a violação de direitos de crianças e adolescentes.			
AMAZONAS	(*) Identificar a instalação do Comitê Local e articular a participação; (*)Participar dos respectivas comissões.	(*) Rede de Proteção: Fórum PETI FEDDCA CEDECA ECPAT CMDCA Comitê de Enfrentamento VSCA	Comitê Popular Comitê Pró-Copa Conselhos Secretarias
RIO DE JANEIRO	Comitê instalado e com sub-comissões Acompanhar, participar das reuniões do GT		
SÃO PAULO	Integrar as redes presentes no evento, em âmbito estadual Replicar o formato "Redes entram em Campo pelos direitos da criança e do adolescente" (redes paulistas) Provocar, incidir, monitorar o poder público e o SGD para instalar instância local de agenda de convergência Reunião com as redes estaduais (12/06/13) para	Representantes das redes presentes: Fernanda (Forum DCA), Katia Reis (Cedeca Interlagos/Comitê Nacional), Brenda Barbosa (Cedeca Interlargos), Sueli (Cedeca Sapopemba), Sergio (SENAC/Fórum PETI), Débora (RENAS)	CMESCA/SP, CONDECA, Comitê Nacional, FEDHCA-SP, comitê de enfrentamento ao tráfico de pessoas, REJUPE, Conselho Municipal de Assistência, Fórum PETI, Viração...)

	amarrar as estratégias Planejamento das oficinas	Secretaria Municipal de Direitos Humans (para convocar o poder público)	
SUL	Fortalecimento das redes que existem Inserir a temática da proteção dos direitos de crianças e adolescentes, através da criação de um GT que possibilite um diálogo entre o comitê e as redes aberto aos acontecimentos estaduais.	Foruns DCA Conselhos de Direitos	Comitê Copa
RIO GRANDE DO NORTE	Delegação do RN ao II Seminário do RN se constitui enquanto comitê local do monitoramento junto as entidades parceiras, a ser ratificado um seminário ou oficina que se realizará no mês de maio.		
MINAS GERAIS	Participar do Comitê da Copa, cuja primeira reunião já ocorreu no Centro Administrativo do Governo de Minas Gerais, em 9 de abril de 2013	Governo do Estado de Minas Gerais SEDESE Pontos Focais Adulto e Jovem Frente de Defesa	
BRASÍLIA	Instalação do comitê local Sociedade civil – incidência Ampliação da participação da sociedade civil “Proposta é que o comitê popular da copa agregue as organizações”	CEDECA-DF	

PERNAMBUCO	Levar a comissão para ser instalada dentro do comitê da copa, a fim de mobilizar para implementar a genda	REDES DE COMBATE, FDCA, FEPETIPE, ECPAT BRASIL	COMITÊ POPULAR DA COPA
3. Formulação de protocolos e fluxos para proteção de crianças e adolescentes, com alinhamento e garantia do serviço apropriados as demandas locais.			
AMAZONAS	(*)Monitorar a partir da formulação do protocolo e fluxo para proteção integral;	(*) Rede de Proteção: Fórum PETI; FEDDCA; CEDECA; ECPAT; CMDCA; Comitê de Enfrentamento VSCA	Comitê Popular; Comitê Pró-Copa; Conselhos; Secretarias
RIO DE JANEIRO	Participação através dos GTs no Comitê		
SÃO PAULO			
SUL	Fortalecimento das estragégias que seguem a metodologia do PAIR	Governos estaduais e municipais	Redes de proteção e garantia de direitos Apoio técnico do Governo Federal
RIO GRANDE DO NORTE	Consolidar os protocolos e fluxo das redes em uma central (núcleo com resolutividade objetiva das demandas apresentadas) de atendimento das demandas que se apresentarem nos contextos dos mega eventos.	Comitê de Redes	Pontos e Redes Locais
MINAS GERAIS	Atuar no Projeto "Infância Protegida" iniciado na Regional Leste, já em andamento na Regional Centro Sul. Fazer o lançamento do Protocolo do Trabalho Infantil da SMAAS no dia 12 de junho, Dia	PAIR/BH	Prefeitura de Belo Horizonte Ministério Público CMDCA Juizados e Polícia

	Nacional de Combate ao Trabalho Infantil.		Civil/Estadual/Federal
BRASÍLIA			
PERNAMBUCO	Utilizar o fluxo já existente e complementar o protocolo de normativas com questões voltadas para o atendimento considerando a afirmação dos direitos humanos.	REDE DE COMBATE, FDCA, FEPETIPE, ECPAT BRASIL	Sec. Juventude, SECOPA, Grupo de Trabalho.
4.Planejamento local integrado e capacitação dos integrantes do sistema de garantia dos direitos para intervenção em situação de violação de direitos humanos de criança e adolescente, a partir do diagnóstico local.			
AMAZONAS	(*) Participar do processo de planejamento local;	(*) Rede de Proteção: Fórum PETI; FEDDCA; CEDECA; ECPAT; CMDCA; Comitê de Enfrentamento VSCA	Comitê Popular; Comitê Pró-Copa; Conselhos; Secretarias
RIO DE JANEIRO	Não há tempo hábil para capacitação do SGD até junho/13 (Copa das Confederações) Implicar o CEDCA (obs: depende do diagnóstico local)		-
SÃO PAULO			-
SUL	Realização de capacitações através de estratégias elencadas por instituições de garantia de direitos através dos fóruns, de forma regionalizada.	Fóruns DCA, conselhos e governo	Rede
RIO GRANDE DO NORTE	Identificar os pontos locais onde ocorra ou possa a vir ocorrer violações de direitos humanos de crianças e adolescentes, constituindo \otimizando e capacitando as redes de serviços públicos para atendimento e responsabilização das demandas.	Comitê de Redes Locais e Instituições Públicas, Ministério Público.	MPs; Delegacia da Criança e do Adolescente; DRT; Polícia Militar, Policia Rodoviária Federal; CRAS; CREAS; Associação dos conselheiros tutelares;

			Escola de Conselhos; Polícia Federal; INFRAERO; Secretária Municipal de Turismo;
MINAS GERAIS	Desenvolver projetos e apresenta-los ao CMDCA. Propor e articular "Espaços de Proteção da Criança e do Adolescente" durante os mega eventos com atividades lúdicocriativas, entretenimento e proteção. Criar um Torneio no período de 2013 e 2014 até a Copa do Mundo 2014 com os alunos das escolas de Belo Horizonte intitulado "COPA DE TODOS". Sugestão de local para realização do Torneio: Centro Esportivo Universitário – CEU e/ou Escola de Educação Física da UFMG.	CMDCA PAIR PETI Fundação de Cultura, Secretarias de Educação Saúde FEVCAMG FECTIPA	CMDCA
BRASÍLIA			
PERNAMBUCO	Ação contida no Plano Decenal e na agenda de convergência.	Governo	REDE DE COMBATE, FDCA, FEPETIPE, ECPAT BRASIL
7. Fomento a projetos de atendimento de crianças e adolescentes, incluindo a constituição de espaços de convivência durante a Copa das Confederações e Copa do Mundo.			
RIO DE JANEIRO	Potencializar, especificamente, as que já atuam com as ações de instituições – o referido público (jogos panamericanos)		

9. Estimular iniciativas de participação de crianças e adolescentes.			
AMAZONAS	(*) Fortalecer a redes juvenis locais	(*) Rede de Proteção: Fórum PETI; FEDDCA; CEDECA; ECPAT; CMDCA; Comitê de Enfrentamento VSCA	Conselho da juventude Pastoral da Juventude Secretarias
RIO DE JANEIRO	Fortalecimento do Forum de Meninos e Meninas da Rede Rio Criança, JCA e Fórum Comunitário		
SÃO PAULO	Campanhas de divulgação que favoreçam o reconhecimento da discussão - formação política	Fóruns e conselhos	Mídias em geral; Escolas; Entidades de atendimento
SUL			
RIO GRANDE DO NORTE	Assegurar espaços próprios para crianças e adolescentes exercerem seu protagonismo	Fórum DCA , FOCA e CEDECA.	Redes locais, principalmente organizações juvenis.
MINAS GERAIS	Edital para espaços itinerantes, utilizando Caminhão Multimídia, com atividades, lúdicos, esportivas, criativas. Concursos Artísticos Culturais nas escolas públicas e particulares, através de campanhas feitas pelos jovens. Campanha ANA, Oficinas, Encontros dos Jovens Protagonistas.	PAIR/RAD FEVCAMG/ Coordenadoria da Juventude	PBH, SMED, programa escola integrada, escolas particulares.
BRASÍLIA	Incluir na articulação da sociedade civil grupos de adolescentes Facilitar a participação dos adolescentes	CECRIA MNMMR	

	Propiciar encontro de adolescentes para discussão de uma agenda sobre a Copa		
PERNAMBUCO	Potencializar a Campanha ANA, estimular a participação juvenil na Rede de combate.	Instituições da Rede de Combate.	REDE DE COMBATE, FDCA, FEPETIPE, ECPAT BRASIL
10. Realização de seminários locais para discussão das políticas públicas de proteção à crianças e aos adolescentes, disseminando boas práticas.			
AMAZONAS			
RIO DE JANEIRO	Fortalecer o 18 de Maio Fortalecer eventos do Forum DCA, CRP, CRESS Organizar seminários temáticos		
SÃO PAULO			
SUL	Utilizar os espaços dos fóruns Conferências	Fóruns Conselhos	Redes locais Imprensa Escolas
RIO GRANDE DO NORTE	Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil; Planos Municipal e Estadual de combate a exploração sexual; Abordar o Genocídio de adolescentes e jovens; FOCA; CEDECA; Vira Vida; Marinha PETI – Boas Práticas	Ponto Focal Exploração sexual de Crianças e adolescentes; FOCA e OBJUV.	Redes Locais
MINAS GERAIS	Seminários Audiências Públicas. Câmara Municipal de Belo Horizonte PAIR-BH - Redes Entram em Campo pelos Direitos	FEVCAMG/Ponto Focal Adulto. RAD-FEVCAMG Juventude	Prefeitura Frente de Defesa Rede ANDI

	da Criança e do Adolescente	PAIR	
BRASÍLIA	Realizar seminários sobre a política de saúde mental x internação compulsória	FÓRUM DCA	CFP CFESS
PERNAMBUCO	Utilizar os seminários em pauta, potencializar a mobilização.	REDE DE COMBATE, FDCA, FEPETIPE, ECPAT BRASIL	Governo e outras Redes.
11. Incentivar estados e/ou municípios a organizarem copas escolares ou comunitárias, com crianças e jovens, aproveitando pedagogicamente a temática, durante a realização dos eventos.			
MINAS GERAIS	"COPA PARA TODOS" Copa a ser realizada durante e entre a Copa das Confederações e Copa do Mundo de 2014, conforme modelo dos Salesianos	SALESIANOS	
12. Ampliação de campanhas e atividades educativas junto a adolescentes sobre direitos sexuais e reprodutivos.			
AMAZONAS			
RIO DE JANEIRO			
SÃO PAULO			
SUL	Utilizar os espaços dos fóruns Conferências	Fóruns Conselhos	Redes locais Imprensa Escolas
RIO GRANDE DO NORTE	Outdoor; Panfletagem; Construção de Cartilhas; Mobilização virtual a ser definida em oficina de comunicação.	CEDECA; FOCA; Ponto Focal Exploração Sexual e OBJUV	GDE; TVU; Leila Diniz; Blogueiros Progressistas; Tiresias; Bagoas;
MINAS GERAIS			
BRASÍLIA	Oficina de multiplicadores em direitos humanos	CEDECA-DF	

	(17/05)		
PERNAMBUCO	Utilizar a Campanha ANA, potencializar as ações da Campanha. Realizar novas Campanhas sobre o tema.	REDE DE COMBATE, FDCA, FEPETIPE, ECPAT BRASIL	Governo, Comitê Nacional e Organismos internacionais.
14. Desenvolvimento de atividades de sensibilização, capacitação, mobilização e de fiscalização*, das empresas e cadeias produtivas e serviços.			
AMAZONAS	(*) Pautar ações para a Copa durante a Caravana (junho)	Fórum PETI	(*) Rede de Proteção: Fórum PETI FEDDCA CEDECA ECPAT CMDCA Comitê de Enfrentamento VSCA
RIO DE JANEIRO			
SÃO PAULO			
SUL *Fez a seguinte observação: trocar por controle; a fiscalização não cabe à sociedade civil	Assegurar espaços de participação nos eventos e feiras de negócios e serviços	Redes Conselhos	Mídias (dar visibilidade) Sindicatos e associações comerciais
RIO GRANDE DO NORTE	Realização de seminários, oficinas e qualificação de empresas de serviços no turismo e demais setores produtivos, potencializando a sua responsabilidade social no enfrentamento do trabalho infantil e da exploração sexual de crianças e adolescentes.	CEDECA; FOCA; Conselho de Direitos Humanos.	Redes locais; SESI SENAI; ABIH; Brasel; ABASE; Sec de turismo; Associação dos barraqueiros de Ponta Negra; Associação de bugueiros, guias, taxistas; Ambulantes Ponta Negra.
MINAS GERAIS			
BRASÍLIA	Garantir a incidência da sociedade civil para a	CECRIA	

	indicação dos agentes formadores		
PERNAMBUCO	Aproveitar as agendas dos Fóruns e da Rede da Combate para realização das capacitações, bem como realização de audiência pública.	REDE DE COMBATE, FDCA, FEPETIPE, ECPAT BRASIL	
15. Capacitação dos agentes da segurança pública e privadas para a proteção de crianças e adolescentes.			
AMAZONAS			
RIO DE JANEIRO			
SÃO PAULO			
SUL	Não compete à sociedade civil, mas é possível contribuir com os processos		
RIO GRANDE DO NORTE	Realização de qualificação de operadores de segurança pública e provada sob a ótica dos direitos humanos de crianças e adolescentes.	Conselho de Direitos Humanos e CRDH	Polícia Civil; PM; UFRN; Sindicato de vigilantes
MINAS GERAIS	Participar, contribuindo com os agentes responsáveis pela capacitação dos agentes da segurança pública e privadas, para a proteção de crianças e adolescentes em Belo Horizonte entre 26 e 30 de maio de 2013.	FEVCAMG Pontos focais adulto e jovem PAIR/BH	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, SDH
BRASÍLIA			
PERNAMBUCO	Articular com a agenda de convergência.		
16. Formulação de parâmetros e orientações para a mídia, com distribuição de Guia e capacitação de jornalistas.			
AMAZONAS			
RIO DE JANEIRO			

SÃO PAULO			
SUL	Dialogar e propor capacitações dos atores	Conselhos	Redes
RIO GRANDE DO NORTE	Formação e qualificação de jornalistas para assegurar uma cobertura jornalística respeitando os direitos humanos das crianças e adolescentes. (abordagens, nomenclaturas)	Conselhi de Direitos Humanos; CEDECA, CRDH e Sindicato de Jornalistas; TVU	Redes locais; empresas jornalísticas;
MINAS GERAIS			
BRASÍLIA			
PERNAMBUCO	Articular com o FEPECOM.	REDE DE COMBATE, FDCA, FEPETIPE, ECPAT BRASIL	Auçuba

2.2 Durante a Copa das Confederações e Copa do Mundo

25. Monitoramento das denúncias e notificações			
AMAZONAS			
RIO DE JANEIRO			
SÃO PAULO			
SUL	Divulgar os canais de denúncia	MS, Conselhos tutelares, ministério público, ouvidorias	Redes
RIO GRANDE DO NORTE	Banco de dados com os agentes com informações integradas das demandas que assegure relatórios periódicos com a situação de cada um dos casos.	CEDECA; FOCA; Ouvidoria da Secretária de Segurança; Conselho de Direitos Humanos;	Redes locais e instituições públicas
MINAS GERAIS	Criar mecanismos de monitoramento e avaliação.	Comitê da Copa Pontos focais	Conselhos Tutelares CEDECA CMDCA
BRASÍLIA			

PERNAMBUCO	Solicitar relatório de dados sobre denuncia e notificação das instancias competentes.	REDE DE COMBATE, FDCA, FEPETIPE, ECPAT BRASIL	GPCA, CT, MPPE, CREAS, DISQUE 100.
26. Desenvolvimento de atividades nos espaços de convivência segura de crianças e adolescentes nos estádios sede da Copa das Confederações e Copa do Mundo, em especial para filhos de trabalhadores no evento e para aqueles que estiverem "perdidos" de seus responsáveis.			
AMAZONAS			
RIO DE JANEIRO			
SÃO PAULO			
SUL			
RIO GRANDE DO NORTE	Assegurar atendimento humanizado lúdico e resolutivo para crianças filhos dos trabalhadores no evento, bem como ás crianças e adolescentes perdidos.	CEDECA; OBJUV; Vira a vida; Fórum DCA;	Redes locais; instituições públicas e Universidades.
MINAS GERAIS	Plantão de atendimento, edital ou chamamento público para atividades e atendimentos com crianças e adolescentes perdidos, desaparecidos, vitimas de negligência, abandono, violência, abuso, exploração sexual, exploração do trabalho infanto-juvenil, próximas às FAN FEST e demais locais dos eventos. Conforme o ECA no Art. 98, as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III - em razão de sua	SEDESE CMDCAs da região de abrangência da Copa do Mundo 2014 em Minas Gerais.	ONGs e OGs Escolas CRAS

	conduta. A intervenção deverá ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida para prevenir a revitimização.		
BRASÍLIA			
PERNAMBUCO	Ação será realizada pela Secretaria da Criança e Juventude.	Governo	REDE DE COMBATE, FDCA, FEPETIPE, ECPAT BRASIL
27. Incentivo à distribuição de pulseiras de identificação, de cartilhas sobre autodefesa e de informações sobre canais de denúncia e rede de atendimento.			
AMAZONAS			
RIO DE JANEIRO			
SÃO PAULO			
SUL	Construção coletiva dos materiais	Toda rede	Atores envolvidos
RIO GRANDE DO NORTE	Elaboração de uma metodologias de cuidados e realização de campanhas sensibilizadoras.	CRDH; IBEPES; Fórum DCA; Pontos de Culturas.	Redes locais; Polícia Rodoviária Federal; Instituições de ensino (universidades); Policias; Bombeiros;
MINAS GERAIS	Criar material e viabilizar a distribuição para crianças e adolescentes que participarem dos eventos, comemorações, e festas com a finalidade de identificá-los. Crachás com bolsa para documentos e dinheiro.	Secretaria da Copa. PAIR+COL	

	Pulseiras de identificação com o telefone dos pais.		
BRASÍLIA			
PERNAMBUCO	Estimular a agenda junto a Sec.Juv a implementação da ação.	REDE DE COMBATE, FDCA, FEPETIPE, ECPAT BRASIL	SECOPA E SECRETARIA DA CRIANÇA E JUVENTUDE.
31. Realização de campanha nacional de proteção integral de crianças e adolescentes.**			
AMAZONAS	Participação nas campanhas de proteção integral de crianças e adolescentes	(*) Rede de Proteção: Fórum PETI FEDDCA CEDECA ECPAT CMDCA Comitê de Enfrentamento VSCA	(*) Rede de Proteção: Fórum PETI; FEDDCA; CEDECA ECPAT CMDCA Comitê de Enfrentamento VSCA
RIO DE JANEIRO			
SÃO PAULO			-
SUL ****Fez a seguinte observação: trocar nacional por regionais**	Realizar campanhas regionais e locais a fim de fomentar as campanhas nacionais	Fóruns	Atores
RIO GRANDE DO NORTE	Resgatar as boas práticas que assegure a plenitude do gozo da infância, adolescência e juventude do processo natural de amadurecimento do ser humano.	CRDH; IBEPES; PONTOS FOCAIS; CEDECA; UNIVERSIDADES; PONTOS DE CULTURA; FOCA	Redes locais
MINAS GERAIS	Reproduzir o material com a marca do PAIR/BH e Governo Estadual.	PAIR	
BRASÍLIA			
PERNAMBUCO	Unificação das Campanhas Nacional	REDE DE COMBATE, FDCA,	COMITÊ NACIONAL,

		FEPETIPE, ECPAT BRASIL	COOR. FDCA, COOR. . FEPETIPE, COOR. ECPAT BRASIL
32. Realizar seminários de avaliação e produção de relatórios			
AMAZONAS			
RIO DE JANEIRO			
SÃO PAULO			-
SUL			
RIO GRANDE DO NORTE			
MINAS GERAIS	Articular a proposta e inserir o tema no Seminário "**Novo Diálogos**" em 2013	PAIR/BH	CMDCA FEVCAMG FECTIPA
BRASÍLIA			
PERNAMBUCO	Mobilizar os parceiros envolvidos da sociedade civil para a realização da ação.	REDE DE COMBATE, FDCA, FEPETIPE, ECPAT BRASIL	**CEDCA, COMDICA'S, CEAS...**
33. Definição de planos de ação para continuidade e aprimoramento das políticas de esporte e lazer, por estado sede da copa, incluindo a utilização dos legados materiais e multiplicação da experiência aos demais estados brasileiros			
MINAS GERAIS	Ação a ser proposta para a Secretaria de Estado da Copa	Governo do Estado de Minas Gerais Governos Municipais	

O terceiro dia do encontro teve a participação dos gestores municipais, conselheiros estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente, defensores públicos e demais representantes municipais do poder público, além dos representantes das RNDDHCA presentes desde o primeiro dia do encontro. Foi feita uma mesa de abertura em que os representantes das RNDDHCA apresentaram a inserção de cada rede na agenda de convergência. Angélica Goulart (SPDCA/SDH/PR) apresentou a agenda de convergência, informando sobre o seu surgimento e ações implementadas até aquele momento. Em seguida, foram apresentadas as experiências exitosas em desenvolvimento nos estados da Bahia, em relação a construção do fluxo de atendimento à crianças e adolescentes; de Minas Gerais, em relação à implementação do PAIR em Belo Horizonte; de Pernambuco, sobre os espaços de convivência constituídos em Recife; e do Rio de Janeiro, acerca do Programa Crianças e Adolescentes Desaparecidos, implementado pela Fundação para a Infância e Adolescência (FIA).

Posteriormente, os participantes se reuniram novamente por estados com a presença dos representantes do poder público municipal presentes no evento de forma a complementar as ações de cada estado em relação aos ME.

Ao término, foi entregue a ficha de avaliação para cada participante. Depois de preencher e entregá-la para a organização do evento, cada participante recebeu um certificado de participação.

Avaliação

Cinquenta e sete pessoas entregaram o instrumental de avaliação. As respostas ficaram distribuídas da seguinte forma:

Quanto à (o) (s):	☺	😐	☹	**Não responderam**
Organização	50	7		
Metodologia	31	26		
Conteúdo Programático	33	22	1	1
Aplicabilidade do conteúdo	23	30	2	2
Atendimento às minhas expectativas	22	29	6	

Em relação aos comentários[2], 23 pessoas não realizaram nenhum registro. Os demais registros seguem abaixo:

- "Parabéns!"
- "Parabéns pela iniciativa e coragem de realizar um evento com tantos atores diferentes. Que venham outros! Parabéns!!"
- "Amei a palestra do Renato Roseno."
- "Arrasou!"
- "Muito boa a articulação. Foi ampla a participação."
- "Aprendemos bastante acerca da forma como a sociedade civil brasileira funciona e se organiza para enfrentar a exploração sexual. Desejo estar informada acerca dos desdobramentos do encontro."
- "Foi um encontro fascinante, que proporcionou um despertar em relação as formas de agir. Que as expectativas em relação à Copa do Mundo possam ser correspondidas!"
- "É a disponibilidade de alguns que contribuem para a organização de realização destes eventos. Grato pelo evento, sucesso nos próximos."
- O segundo encontro foi importante para avaliarmos e discutirmos as estratégias de atuação da sociedade civil. Todos os anseios e dificuldades relatadas serviram para buscarmos soluções conjuntas para atuar melhor.
- Espaço importante para a construção e avanços. Parabenizar a iniciativa da aproximação entre OG e ONGs para o diálogo e crescimento. Abraços!
- Muito importante a atividade realizada. Destaque para a oportunidade de estar junto trocando experiências foi fundamental para a realização dos futuros trabalhos de defesa das crianças e adolescentes.
- Foi muito proveitoso, mas faltou diálogos e debates mais compreensivos para os adolescentes. Talvez esmiuçar, esclarecer um pouco mais algumas questões para uma melhor compreensão do público.
- Discutir as estratégias é fundamental para garantir os direitos de crianças e adolescentes. A estratégia a ser tomado preciso ser posta em prática.
- A proposta do governo é muito confusa. Falta clareza em relação aos recursos para as atividades, os motivos e propósitos, deixando a impressão de que as ações a serem

[2] Os comentários pouco inteligíveis foram modificados para que se tornassem compreensíveis ao leitor. Nesse caso, estão reproduzidos sem aspas. Os comentários entre aspas reproduzem fielmente as palavras dos participantes.

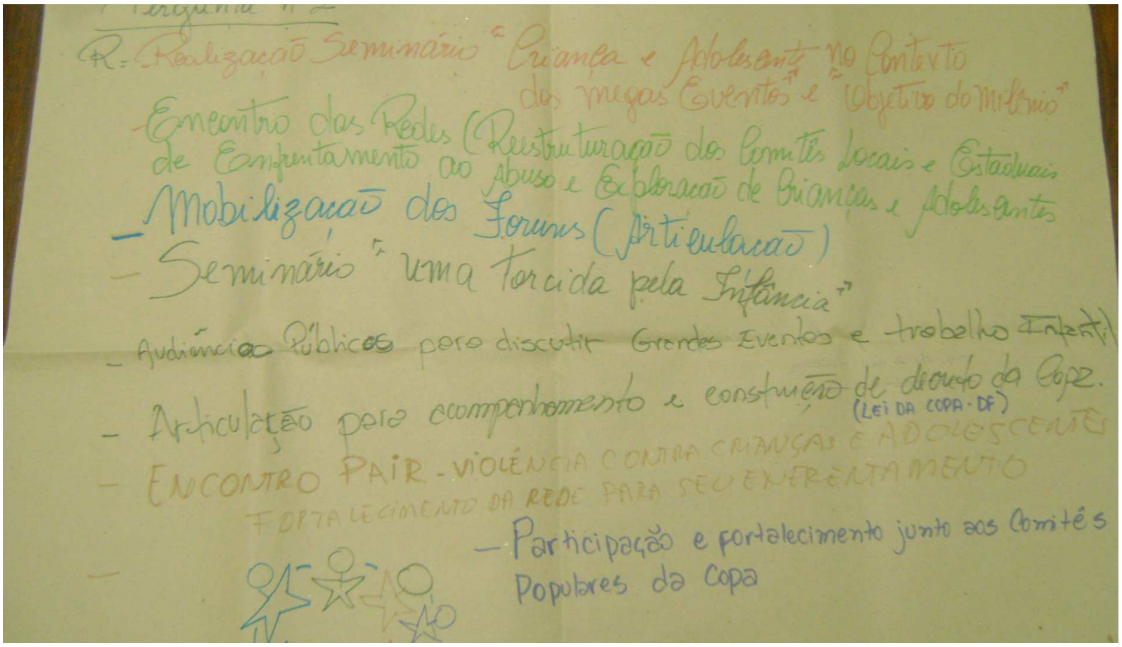
desenvolvidas durante os ME em nome da proteção são apenas a necessidade de se responder às exigências internacionais.

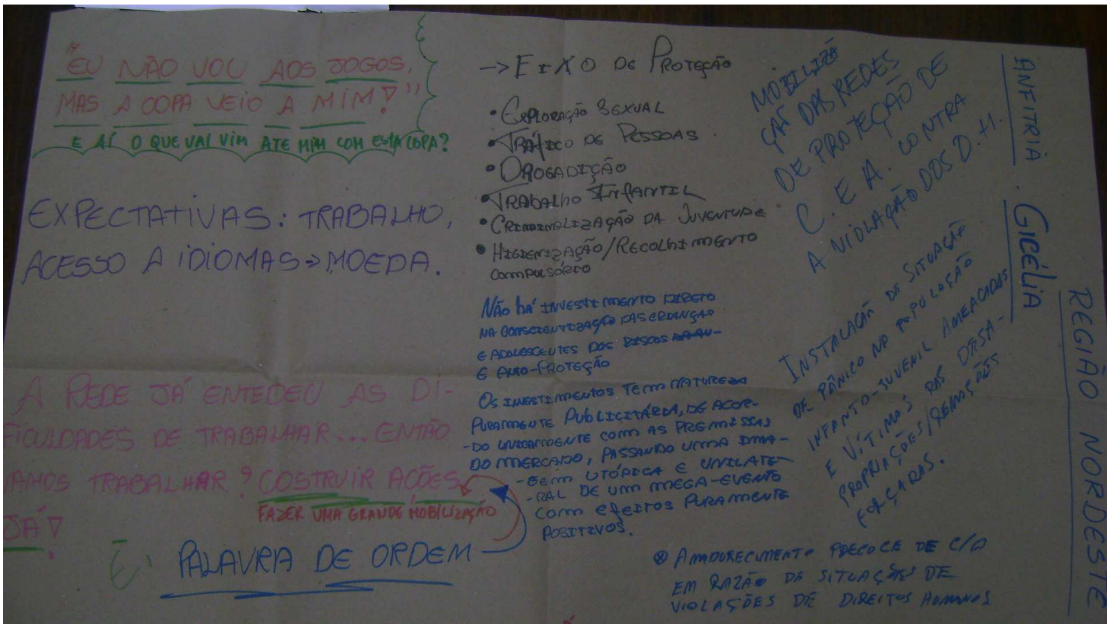
- O terceiro dia foi confuso, mas parece que deu tudo certo. A acolhida foi excelente e parece que se está avançando enquanto coletividade na direção da promoção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes.
- O terceiro dia não foi produtivo. Com exceção do relato acerca da experiência desenvolvida em Salvador, os demais relatos foram fracos, sem conteúdo significativo.
- Na agenda, deve ser contemplado pelo menos os "esforços prometidos" para se reduzir a letalidade contra adolescentes e jovens, que já vão consolidando um fosso demográfico na nossa população, entre a quantidade de jovens masculinos e femininos.
- Saio frustrado por ser um encontro de redes nacionais e não se ter tirado cartas de manifestação conjunta para a população sobre a maioridade penal, internação compulsória, e fechamento das reuniões da comissão de direitos humanos.
- Um maior espaço de discussão sobre a agenda, pois há a necessidade de discutir os suportes para a realização da agenda nos estados.
- O evento poderia envolver mais os adolescentes.
- Os assuntos abordados foram bastante construtivos, mas pouco direcionados aos adolescentes.
- A linguagem acessível aos adolescentes ficou a desejar. Maior esclarecimento sobre o processo da construção da agenda de convergência para respaldar os estados na possível divergência.
- "Sou de uma rede de defesa de adolescentes do sistema socioeducativo (RENADE), fiquei meio perdido sobre a questão dos grandes eventos."
- O evento foi muito bom, mas infelizmente havia poucos adolescentes, apenas 8. As falas foram ótimas, mas não propiciaram espaço para a participação mais ativa dos jovens. Formal demais para adolescentes. As palestras deveriam ter a linguagem dos jovens; poderia haver um espaço para a formação política dos adolescentes, para que possam entender as palavras ditas durante as exposições. A comissão organizadora deve ser composta também por adolescentes para torná-lo mais agradável e animado para os adolescentes, facilitando a participação ativa dos mesmos.
- O local onde ficamos hospedados é muito isolado, impossibilitando o acesso à farmácias, por exemplo.
- Consultar os participantes com antecedência em relação as datas e horários dos voos, evitando que se tornem mais cansativos do que o necessário. Com antecedência é possível conseguir preços mais econômicos e voos menos cansativos.

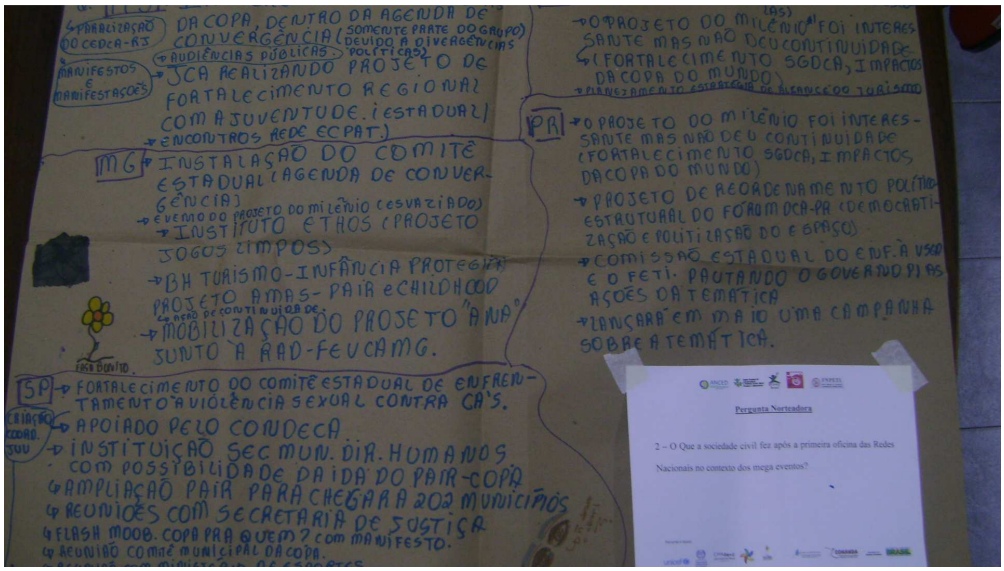
- “O horário dos voos foi péssimo, com conexões que dobraram o tempo da viagem, tornando-a muito mais cansativa.”
- Algumas atividades não estavam previstas no cronograma do evento, a exemplo da exposição do primeiro dia antes da palestra do Renato Roseno.
- É preciso fazer acordos de participação no início das oficinas. Acordar o cronograma com flexibilidade para pequenas alterações que sejam necessárias e, principalmente, controlar o tempo de fala dos participantes. A maioria ao invés de fazer perguntas, faz exposição de situações e abordagens temáticas.
- Pouca objetividade na programação; faltou um retorno mais objetivo do planejamento e das propostas da primeira oficina; pouco espaço para troca entre os estados.
- Não colaborou para subsidiar os participantes. A pauta conjunta para o terceiro dia não foi discutida coletivamente, o que limita o poder de intervenção dos participantes, em certa medida. Deveria ter sido previsto um momento para avaliar a agenda de “convergência”.
- Metodologia comprometida, sem apontar resultados, nem direcionamento. Provável perda na construção da agenda final eficiente, dada a escassez do tempo e da forma de condução.
- Dinamizar a apresentação inicial dos participantes, pois integrar é fundamental para o desenvolvimento das atividades. Uma programação mais coerente com as atividades desenvolvidas nos estados.
- As expectativas não são otimistas em relação à aplicabilidade das ações; pois a história remete à situações de violações de direitos.

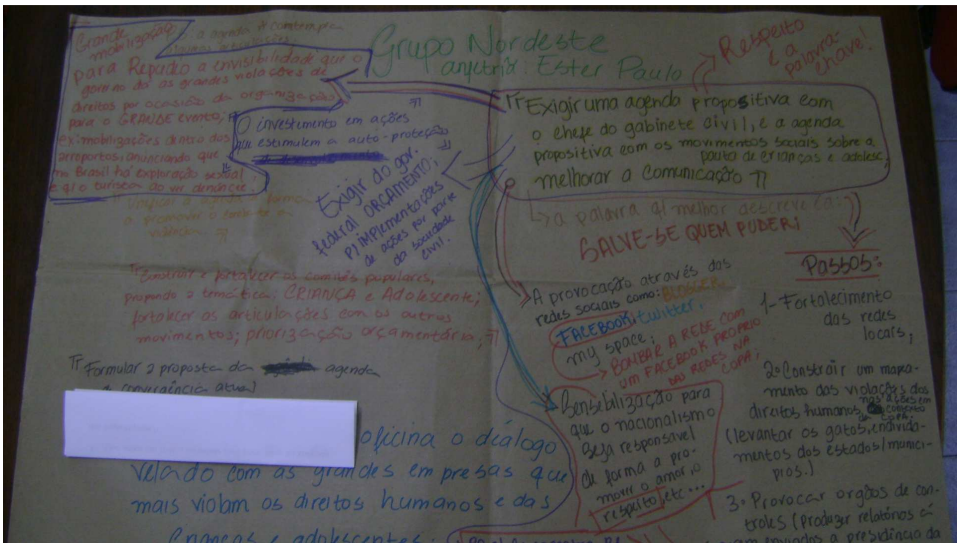
ANEXOS

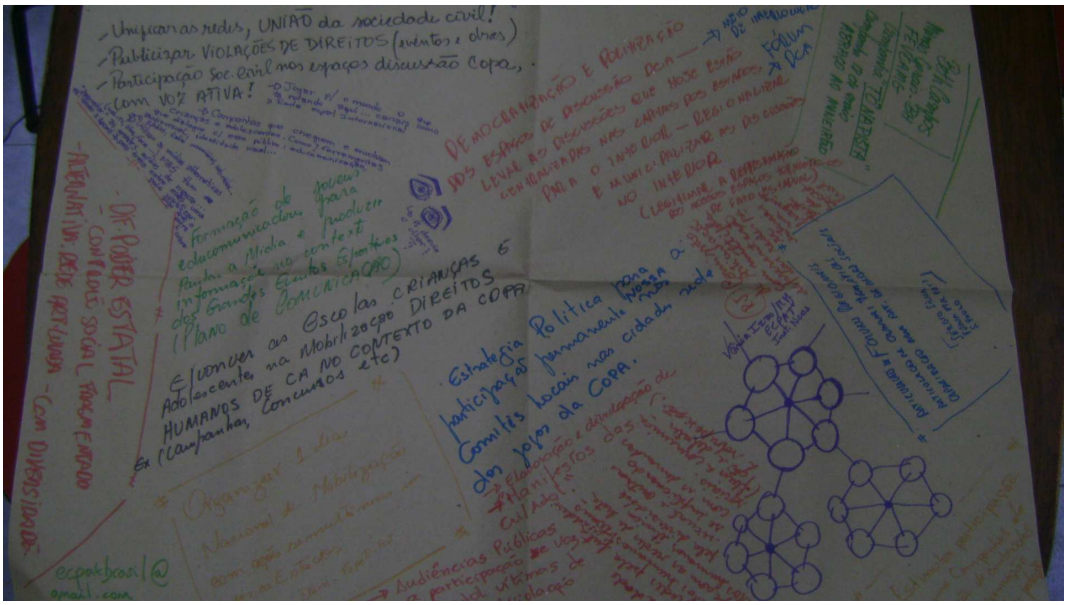
Cartazes produzidos durante a dinâmica “Mesa de Bar”

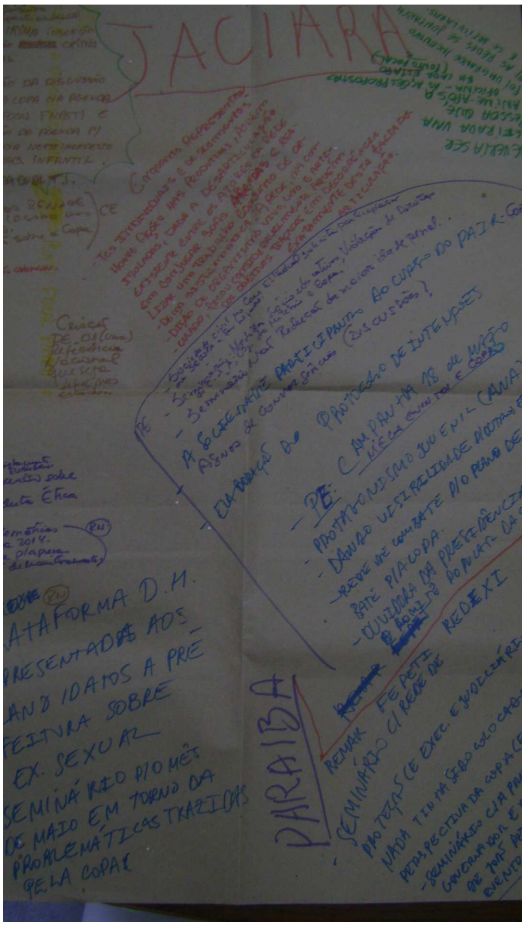


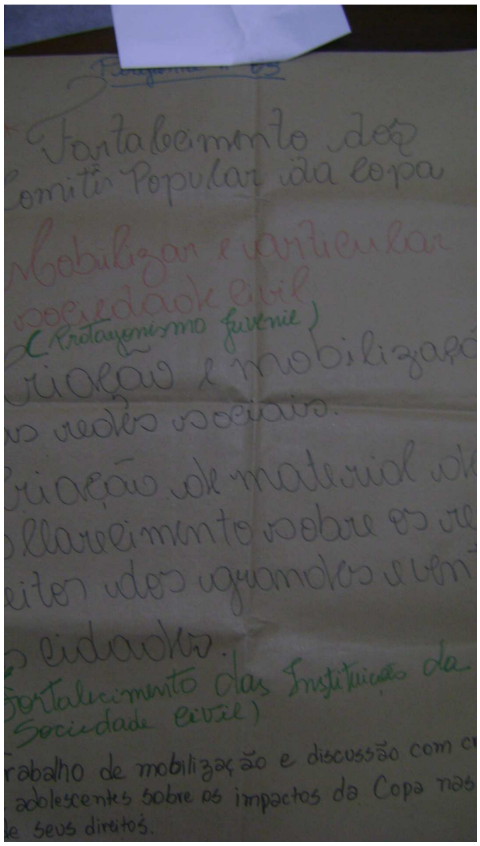



DA COPA, DENTRO DA AGENDA DE CONVERGÊNCIA (SOMENTE PARTE DO GRUPO) (DEVIDO A DIVERGÊNCIAS POLÍTICAS)
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
ICA REALIZANDO PROJETO DE FORTALECIMENTO REGIONAL COM A JUVENTUDE. (ESTADUAL/ ENCONTROS REDE ECPAT.)
MG
INSTALAÇÃO DO COMITÊ ESTADUAL (AGENDA DE CONVERGÊNCIA)
EVENTO DO PROJETO DO MILÊNIO (ESVAZIADO)
INSTITUTO ETHOS (PROJETO JOGOS LIMPOS)
BH TURISMO - INFÂNCIA PROTEGIDA
PROJETO AMAS - PAIR e CHILDHOOD
MOBILIZAÇÃO DO PROJETO "ANA" JUNTO À RAD-FEUCAMG.
SP
FORTALECIMENTO DO COMITÊ ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CA'S.
APOIADO PELO CONDECA
INSTITUIÇÃO SEC MUN. DIR. HUMANOS COM POSSIBILIDADE DA IDA DO PAIR-COPA
AMPLIAÇÃO PAIR PARA CHEGAR A 202 MUNICÍPIOS
REUNIÕES COM SECRETARIA DE JUSTIÇA
FLASH MOOB. COPA PRA QUEM? com MANIFESTO.
REUNIÃO COMITÊ MUNICIPAL DA COPA.
O PROJETO DO MILÊNIO FOI INTERESSANTE MAS NÃO DEU CONTINUIDADE (FORTALECIMENTO SGDCA, IMPACTOS DA COPA DO MUNDO)
PLANEJAMENTO ESTRATÉGIA DE ALEGRETE TURISMO
PR
O PROJETO DO MILÊNIO FOI INTERESSANTE MAS NÃO DEU CONTINUIDADE (FORTALECIMENTO SGDCA, IMPACTOS DA COPA DO MUNDO)
PROJETO DE REORDENAMENTO POLÍTICO ESTRUTURAL DO FÓRUM DCA-PR (DEMOCRATIZAÇÃO E POLITIZAÇÃO DO ESPAÇO)
COMISSÃO ESTADUAL DO ENF. À VSCA E O PETI. PAUTANDO O GOVERNO PLAS AÇÕES DA TEMÁTICA
LANÇARÁ EM MAIO UMA CAMPANHA SOBRE A TEMÁTICA.
Pergunta Norteadora
2 – O Que a sociedade civil fez após a primeira oficina das Redes Nacionais no contexto dos mega eventos?

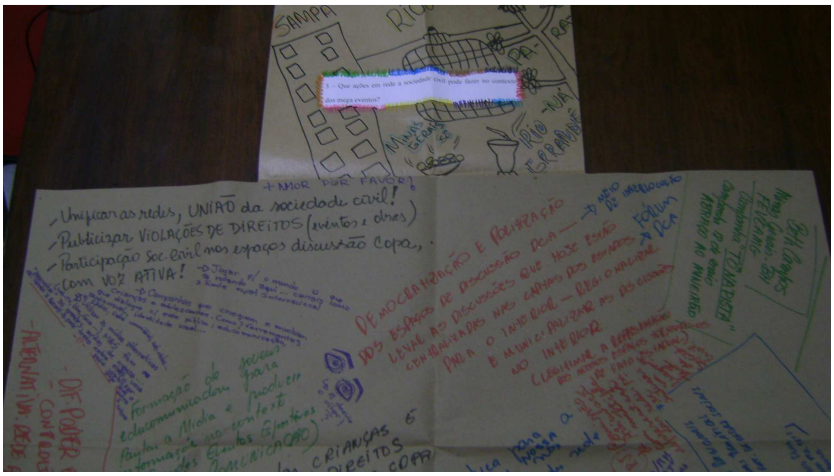

Grupo Nordeste
anytriz: Ester Paulo
Respeito é a palavra chave.
para Repudio a invisibilidade que o governo dá as grandes violações de direitos por ocasião do organização para o GRANDE EVENTO,
O investimento em ações que estimulem a auto-proteção
Exigir do gov. RADICAL ORÇAMENTO; IMPLEMENTAÇÃO de ações por parte da sociedade civil.
Exigir uma agenda propositiva com o chefe do gabinete civil, e a agenda propositiva com os movimentos sociais sobre a pauta de crianças e adolesc.
melhorar a Comunicação
a palavra q melhor descreve é:
SALVE-SE QUEM PUDER!
PASSOS:
A provocação através das redes sociais como: FACEBOOK, TWITTER, my space;
BANIR A REDE COM UM FACEBOOK PROPRIO DA REDE NA COPA.
1- Fortalecimento das redes locais;
2º Construir um mapeamento das violações dos direitos humanos
(levantar os gastos, endividamentos dos estados/municípios.)
3º Provocar orgãos de controles (produzir relatórios
Formular a proposta da agenda
oficina o diálogo
violado com as grandes empresas que mais violam os direitos humanos e das


Unificar as redes, UNIÃO da sociedade civil!
Publicizar VIOLAÇÕES DE DIREITOS (eventos e obras)
Participação soc. civil nos espaços discussão Copa.
(com VOZ ATIVA!)
DEMOCRATIZAÇÃO E POLITIZAÇÃO
Formação de jovens para educomunicadores
Pautar a Mídia e produzir informação no contexto dos Grandes Eventos Esportivos (Plano de COMUNICAÇÃO)
Envolver as Escolas CRIANÇAS e Adolescentes na Mobilização DIREITOS HUMANOS DE CA NO CONTEXTO DA COPA
Ex (Campanhas, Concursos etc)
Estratégia Política para a participação permanente nos Comitês locais nas cidades sede dos jogos da Copa.
DR. PODER ESTATAL
CONTEÚDO SOCIAL FORTALECIDO
ALTERNATIVA DESE HISTÓRIA
CONTROLE DIVERSIDADE
ecpatbrasil@


JACIARA
PARAIBA


Fortalecimento dos
Comitês Populares da Copa
Mobilizar e articular
sociedade civil
(Protagonismo juvenil)
criação e mobilização
nas redes sociais.
criação de material
esclarecimento sobre os
direitos dos agumentos e vem
cidadão.
(Fortalecimento das Instituições da
Sociedade Civil)
trabalho de mobilização e discussão com
adolescentes sobre os impactos da Copa nos
seus direitos.

01
INTENSIFICAÇÃO DAS VIOLAÇÕES
CRIANÇA E ADOLESCENTES ALHEIAS
AOS PREPARATIVOS DOS MEGA EVENTOS
VIOLENCIA DE TODAS AS
FORMAS
FIFA
CAPITAL PUBLICO
POLITICOS
GRANDES
EMPRESAS
ESTADO
EDUCAÇÃO
SAÚDE
CULTURA
MORADIA
ESPORTE
CRIANÇA E ADOLESCENTE
Faça bonito


SAMPA
RIO
1 - Que ações em rede a sociedade civil pode fazer no combate aos mega eventos?
RIO GRANDE
+ AMOR POR FAVOR
- Unificar as redes, UNIÃO da sociedade civil!
- Publicizar VIOLAÇÕES DE DIREITOS (eventos e dias)
- Participação soc. civil nos espaços discussão Copa,
com VOZ ATIVA!
CRIANÇAS E DIREITOS
COPA